

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

Karin Cristiane Klein

**PACTO PELA APRENDIZAGEM:
Análise da implementação de uma política municipal de educação
em uma escola de ensino fundamental de Novo Hamburgo (RS)**

PORTO ALEGRE

2012

Karin Cristiane Klein

PACTO PELA APRENDIZAGEM:

Análise da implementação de uma política municipal de educação em uma escola de ensino fundamental de Novo Hamburgo (RS)

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública

Orientador: Prof. Me. Guilherme Dornelas
Camara

Porto Alegre

2012

KARIN CRISTIANE KLEIN

PACTO PELA APRENDIZAGEM:

Análise da implementação de uma política municipal de educação em uma escola de ensino fundamental de Novo Hamburgo (RS)

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública

Conceito Final:

Aprovado em.....de.....de.....

BANCA EXAMINADORA

Prof. Odair Gonçalves - UFRGS

Prof. Diogo Joel Demarco - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Às energias positivas, que me motivaram durante esta trajetória. Obrigado Senhor!

Ao professor Guilherme, por ter sido tão presente em uma orientação à distância.

Às amigas que fiz na Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo: Nivene, Rocio e Dirlene, por terem sido tão receptivas e atenciosas.

À equipe diretiva da escola Municipal de Ensino Fundamental Machado de Assis, pelo exemplo de força e dedicação e por permitirem a realização do presente estudo.

À todos os entrevistados, pela confiança depositada.

À minha querida cunhada Carol e à minha querida “dinda” Moa, cujos exemplos me inspiram!

À minha tia Tita, pela doçura e cuidados de uma verdadeira mãe.

Aos meus irmãos, Fredi e André, pelas conversas e cantorias.

Aos meus amados pais, Milton e Marina, pelo amor incondicional e pelo exemplo de vida!

Em especial, ao meu esposo Celso e ao meu filho Lucas, pela compreensão nos momentos em que estive ausente e pelo amor, companheirismo e incentivo!

RESUMO

As políticas públicas de educação, estabelecidas tanto a nível Federal, Estadual como Municipal, afetam diretamente os resultados obtidos dentro do âmbito das escolas. Buscam promover ações de melhoria para a sociedade, como o Pacto pela Aprendizagem, política pública implantada no município de Novo Hamburgo, voltada ao ensino fundamental da rede municipal. Partindo dessa perspectiva, este estudo procurou analisar a implementação do Pacto pela Aprendizagem em uma Escola de Ensino Fundamental, buscando identificar os resultados percebidos na comunidade escolar e as transformações ocorridas em sua realidade, decorrentes da implementação do referido programa. Para tanto, estabeleceu-se como metodologia um estudo qualitativo, descritivo-exploratório, realizado através de levantamento bibliográfico e entrevistas com equipe diretiva, professores, pais e alunos da escola pesquisada. Os resultados revelam que, embora tenha sido o primeiro ano de sua implementação e tenha questões que necessitem ser aprimoradas, o Pacto pela Aprendizagem trouxe benefícios para os alunos atendidos, tanto no nível emocional quanto no aspecto cognitivo. Por receberem maior atenção de todos os envolvidos com o processo educacional e atendimento de profissionais especializados, os alunos obtiveram uma melhora em sua aprendizagem, comprovada pelos relatos dos entrevistados. Houve um esforço conjunto (Secretaria de Educação, direção, professores, família e os próprios alunos), gerando um comprometimento maior, que refletiu nos resultados apresentados aqui, tais como a redução nos índices de reprovação da escola no ano de 2011.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação. Escola. Pacto pela Aprendizagem. Aprendizagem.

ABSTRACT

The public education policies, established both at Federal, State and Municipal levels, directly affect the results obtained in the schools. They seek to promote improvement actions to society, such as Pacto pela Aprendizagem, public policy implemented in the town of Novo Hamburgo, directed to the primary education of the city. From this perspective, this study has as an aim to analyze the implementation of the Program Pacto pela Aprendizagem in an Elementary School, trying to identify the perceived results in the school community and the changes occurring in their reality, following the implementation of this program. So as to do so, it was used as a method a qualitative descriptive study, carried out through a literature review and interviews with the management team, teachers, parents and students of the chosen school. The results show that, although it was the first year of its implementation and it has issues that need to be improved, the Pacto pela Aprendizagem has brought benefits to the students served at both the emotional and the cognitive aspect. By receiving more attention of everyone involved with the educational process and care professionals, the students have achieved an improvement in their learning, as evidenced by reports of respondents. There was a joint effort (Department of Education, management, teachers, family and the students themselves), creating a bigger commitment, which reflected the results presented here, such as the reduction in failure rates of the school in 2011.

Keywords: Public Policy. Education. School. Pacto pela Aprendizagem. Learning.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Resultados Finais do Ensino Fundamental de 2010	36
Quadro 2: Índices dos últimos 10 anos nas turmas de alfabetização.....	37
Quadro 3: Índices dos últimos 10 anos nas turmas de 5º ano (8)	37
Quadro 4: índice IDEB da Escola.....	46
Quadro 5: Dados sobre o Pacto pela Aprendizagem na Escola Machado de Assis – 2011	46
Quadro 6: Dados das reuniões de pais na Escola Machado de Assis – março/junho/setembro.....	47
Quadro 7: Professoras Pesquisadas.....	52
Quadro 8: Respostas da questão 1 - Professoras Pesquisadas	53
Quadro 9: Respostas da questão 2 - Professoras Pesquisadas	54
Quadro 10: Respostas da questão 3 - Professoras Pesquisadas	55
Quadro 11: Respostas da questão 4 - Professoras Pesquisadas	56
Quadro 12: Respostas da questão 5 – Professoras Pesquisadas	57
Quadro 13: Respostas da questão 6 - Professoras Pesquisadas	58
Quadro 14: Respostas da questão 7 (Aspectos Positivos) - Professoras Pesquisadas	59
Quadro 15: Respostas da questão 7 (precisa aprimorar) - Professoras Pesquisadas	60
Quadro 16: Respostas da questão1 – Pais dos alunos.....	61
Quadro 17: Respostas da questão 2 – Pais dos alunos.....	62
Quadro 18: Respostas da questão3 – Pais dos alunos.....	62
Quadro 19: Respostas da questão 4 – Pais dos alunos.....	63
Quadro 20: Respostas da questão 5 – Pais dos alunos.....	64
Quadro 21: Respostas da questão 1 – Alunos.....	65
Quadro 22: Respostas da questão 2 – Alunos.....	66
Quadro 23: Respostas da questão 3 – Alunos.....	67
Quadro 24: Respostas da questão 4 – Alunos.....	68
Quadro 25: Respostas da questão 5 – Alunos.....	68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 JUSTIFICATIVA	12
2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	14
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO NO BRASIL	18
3 OBJETIVOS	30
3.1 OBJETIVO GERAL.....	30
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	30
4 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	31
5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM NOVO HAMBURGO	33
5.1 O PROGRAMA PACTO PELA APRENDIZAGEM.....	35
5.2 A ESCOLA MACHADO DE ASSIS E O SEU CONTEXTO.....	43
6 RESULTADOS DA PESQUISA	49
6.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS DA PESQUISA	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICES - ROTEIROS DE ENTREVISTA APLICADOS AOS GRUPOS	84
APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A EQUIPE DIRETIVA DA EMEF MACHADO DE ASSIS.....	85
APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AS PROFESSORAS DA EMEF MACHADO DE ASSIS.....	86
APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS PAIS DA EMEF MACHADO DE ASSIS.....	87
APÊNDICE D - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS ALUNOS DA EMEF MACHADO DE ASSIS.....	88

INTRODUÇÃO

Freire (2001), em sua obra *Política e Educação*, já enfatizava que a educação é prática indispensável aos seres humanos e deles específica na História como movimento, como luta com os processos de conhecimento, formação política, manifestação ética, capacitação científica e técnica. Para Freire (2001, p. 10). “a História como possibilidade não prescinde da controvérsia, dos conflitos que, em si mesmos, já engendrariam a necessidade da educação”.

Nesse sentido, salienta-se que a educação tem um papel fundamental, colaborando para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos de sua própria realidade. Mello (1991) ressalta o caráter transformador da educação ao afirmar que, ainda que por si só não assegure a justiça social, nem se possa esperar só dela a erradicação da violência, o respeito ao meio ambiente, o fim das discriminações sociais e outros objetivos humanistas que se colocam hoje para as sociedades, a educação é, sem dúvida, parte indispensável do esforço para tornar essas sociedades mais equânimes e solidárias.

Para Freire (2001, p. 13), não é possível ser gente sem, desta ou daquela forma, se achar entranhado numa certa prática educativa. O ser humano jamais pára de educar-se. Numa certa prática educativa, não necessariamente a de escolarização, decerto bastante recente na história, como a entendemos. Daí que se possa observar facilmente quão violenta é a política da Cidade, com o Estado, que interdita ou limita ou minimiza o direito das pessoas, restringindo-lhes a cidadania ao negar educação para todos.

Assim, cabe ao poder público elaborar e estabelecer as políticas de educação, tanto em âmbito Federal, Estadual como também Municipal. Partindo deste princípio, o Estado deve promover a melhoria da vida em sociedade e o bem-estar de seus integrantes, através de ações voltadas à educação, como o Pacto pela Aprendizagem, política pública do município de Novo Hamburgo, direcionada ao ensino fundamental da rede municipal.

Ainda trazendo as palavras de Freire (2001), qualidade da educação ou educação e qualidade são sempre uma questão política, fora de cuja reflexão, de cuja compreensão não nos é possível entender nem uma nem outra. Assim, não há

educação neutra, porque lutar no sentido de reorientar a educação implica uma opção política e demanda uma decisão, também política, de materializá-la.

Portanto, considerando a importância do papel da educação e a influência exercida pela ação política, elaborou-se a proposta deste estudo que tem como tema central a política pública de educação, delimitando a análise em uma Escola de Ensino Fundamental da Rede Municipal de ensino no Município de Novo Hamburgo, RS. Atualmente, a escola foco do estudo atende a Educação Infantil (Faixa Etária 5) e Ensino Fundamental (do 1º ano de 9 anos até o 6º ano de 8 anos). Possui dezessete salas de aula, uma Biblioteca com mais de 16 mil livros e outros recursos didáticos. No ano letivo de 2010, atendeu 748 alunos e, em 2011, 711 alunos, divididos em 30 turmas, oferecendo além do ensino regular, projetos extra-classe. O corpo docente é formado por 32 professoras concursadas, 05 estagiárias, 01 secretária, 01 bibliotecário e 08 funcionárias.

Novo Hamburgo, município da escola em questão, conta com 20 escolas de educação infantil e 56 escolas de ensino fundamental. Em 2010, o município teve 21.731 alunos matriculados na rede de ensino fundamental, dos quais 1.813 foram reprovados, representando 8,92% de toda a rede municipal. A escola escolhida para o estudo teve 104 alunos reprovados, o que representou 13,9% dos alunos matriculados em 2010.

O Pacto pela Aprendizagem foi lançado em abril de 2011 pela Administração Municipal, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Educação e Desporto, com o objetivo de diminuir esses índices pela metade e contribuir para a superação das dificuldades de aprendizagem. O lema desse Programa é “Todos Temos o Direito de Aprender”, o que anuncia uma das características dessa política: a elaboração de um diagnóstico individualizado de cada aluno, a fim de que possam ser avaliadas quais são as dificuldades enfrentadas pelo estudante e quais são as alternativas que podem auxiliá-lo a vencer essas dificuldades. Além de monitorar os obstáculos de caráter pedagógico que se apresentam aos estudantes, está previsto o acompanhamento das questões ligadas à saúde e à vulnerabilidade social, com o auxílio das equipes da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria Municipal da Saúde.

Por pertencer à Rede Municipal de Ensino e possuir um índice de reprovação elevado, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Machado de Assis foi alvo da implementação do Pacto pela Aprendizagem em 2011, aderindo às suas estratégias.

Portanto, esse trabalho analisa a implementação do Pacto pela Aprendizagem nessa escola, buscando identificar os resultados percebidos naquela comunidade escolar e as transformações ocorridas em sua realidade em consequência à implementação do referido Pacto. Em suma, face ao exposto, esse trabalho visa responder ao seguinte questionamento: quais os principais resultados alcançados com a implementação do Pacto pela Aprendizagem e como a sua implementação transformou a realidade da Escola Municipal de Ensino Fundamental Machado de Assis do município de Novo Hamburgo/RS?

Assim, pretendeu-se observar as mudanças relativas aos processos de gestão da educação, as condições da infraestrutura, os mecanismos de participação da comunidade local, a capacitação dos professores e o método de avaliação e acompanhamento dos alunos.

Para tanto, o estudo estrutura-se em seis sessões a partir da introdução, assim descritas: na seção um, encontra-se a justificativa da pesquisa; na seção dois, apresenta-se o referencial teórico, que envolve os conceitos de políticas públicas e discorre sobre política de educação, trazendo uma contextualização histórica sobre as políticas em educação no Brasil a partir de 1930. Na seção três, encontram-se os objetivos, apresentando o objetivo geral que norteia o estudo e os objetivos específicos que auxiliam o alcance do objetivo geral. A seção quatro apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa, descrevendo suas etapas. Na seção cinco, descrevem-se as políticas públicas de educação em Novo Hamburgo, assim como o programa Pacto pela Aprendizagem, apresentando a escola pesquisada e o seu contexto.

As entrevistas realizadas, as análises e as considerações sobre os resultados da pesquisa são apresentadas na seção seis, estabelecendo-se as relações com a fundamentação teórica exposta nas seções anteriores. Por fim, encontram-se as considerações finais, realizando o fechamento do estudo e ressaltando as principais impressões sobre a pesquisa realizada.

1 JUSTIFICATIVA

A escola é o ambiente onde se efetivam as políticas públicas de educação, logo, o lócus onde a teoria sobre as políticas educacionais são colocadas em prática. É na escola que as políticas públicas de educação encontram seu campo de atuação; sem a qual o papel assumido por esse aparelho do Estado não se viabilizaria. Portanto, considerando a relevância das políticas para toda a sociedade, saber como a realidade da escola foi transformada por meio das ações previstas pela política pública implementada, a fim de constatar a validade da mesma é importante e para isso, deve-se observar o contexto no qual ela está inserida.

Perez (2010) afirma que é importante dedicar-se a examinar a implementação das políticas, assim como reexaminar o que foi implementado e deu certo e o que de fato funciona. O autor complementa, afirmando que é importante investigar sob que condições as diversas políticas educacionais são implementadas e como elas funcionam e se são exitosas.

Ainda nessa perspectiva de atestar a validade de determinada política, a pesquisa se justifica pela possibilidade de evidenciar possíveis distorções não identificadas quando da sua formulação. A aplicação da pesquisa em uma determinada escola pode fornecer subsídios aos implementadores, a fim de que possam corrigir o curso das ações e adaptá-las de acordo com as exigências do ambiente.

A escolha pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Machado de Assis deu-se, principalmente, pelo contexto socioeconômico no qual está inserida e pelo alto índice de reprovação no ano de 2010, acima do índice do município. O índice de reprovação escolar na rede municipal foi o alerta que motivou a Administração Municipal a formular o Pacto pela Aprendizagem, ao identificar que existem outros fatores de ordem social que influenciam na aprendizagem e que precisam ser observados.

Outra questão relevante em relação à pesquisa diz respeito às transformações ocorridas na Escola com a implementação do Pacto pela Aprendizagem e, com isso, a possibilidade da mesma contribuir para o controle social, na medida em que verifica e divulga as ações dessa política. De acordo com Duarte (2008), no Brasil, nos últimos anos, o Governo Federal tem produzido

normativos legais incentivando a prática do controle social da gestão dos recursos públicos e educacionais. Dentre esses mecanismos de controle, encontra-se a Lei n. 10172 de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação, a qual traz no seu texto passagens com relação à importância e à necessidade da participação da sociedade, a fim de que se tenha maior transparência na gestão, além de reafirmar critérios de aplicação dos recursos destinados à educação. Por essa razão, entende-se que a pesquisa pode contribuir ao disponibilizar informações de como está sendo implementado o Pacto pela Aprendizagem.

Em suma, conhecer o que mudou na escola permite verificar se a teoria foi na realidade colocada em prática, isto é, o êxito ou não da política pública em seus objetivos e os possíveis ajustes a serem promovidos. Permite também, fornecer informações que contribuirão para o exercício do controle social.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

Souza (2006) considera que, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí porque teorias sobre políticas públicas tendem a explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.

Segundo Souza (2006, p. 26), pode-se resumir política pública como:

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

A autora ainda coloca que as políticas públicas são ações intencionais, com objetivos a serem alcançados e envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006).

As políticas públicas, portanto, dizem respeito aos programas elaborados e implementados pelos governos, no sentido de promover ações que tragam benefícios aos cidadãos dentro de suas áreas de atuação, dentre elas a educação.

No entendimento de Lima *et al.* (2009, p. 20), as políticas públicas são “um conjunto articulado de ações, decisões, formulação de agendas, de pessoas diversas em diálogo tenso, num movimento de disputa permanente entre determinados projetos de sociedade”. Isso implica em refletir sobre o que é voltado ao público, ao bem comum e, assim, superar o caráter elitista das políticas públicas.

Lima *et al.* (2009, p. 20) salientam que, ao se referir às políticas públicas, é preciso considerar que:

[...] requer uma perspectiva de totalidade histórica que considere as contradições e as polaridades: inclusão-exclusão, público-privado, autoritarismo-democracia, entre outras, e que, efetivamente, olhe para as intenções com as quais elaboramos e implementamos políticas para e com a sociedade.

Entende-se pela exposição dos autores que as políticas devem compreender as necessidades da sociedade, buscando sua participação efetiva, através de uma leitura social e política comprometida com a inclusão humana e não apenas para benefício de uma minoria.

Faleiros (1991) cita que as políticas sociais, como na área de educação, saúde, habitação, trabalho, assistência, previdência, entre outras, são objeto de luta entre diferentes forças sociais. “Essas políticas não caem do céu, nem são um presente ou uma outorga do bloco do poder. Elas são ganhos conquistados em duras lutas e resultados de processos complexos de relação de forças” (FALEIROS, 1991, p. 62).

Segundo Souza (2006), em vários países em desenvolvimento, existem tentativas de implementar políticas públicas de caráter participativo. De acordo com a autora:

Impulsionadas, por um lado, pelas propostas dos organismos multilaterais e, por outro, por mandamentos constitucionais e pelos compromissos assumidos por alguns partidos políticos, várias experiências foram implementadas visando à inserção de grupos sociais e/ou de interesses na formulação e acompanhamento de políticas públicas, principalmente nas políticas sociais. No Brasil, são exemplos dessa tentativa os diversos conselhos comunitários voltados para as políticas sociais, assim como o Orçamento Participativo. Fóruns decisórios como conselhos comunitários e Orçamento Participativo seriam os equivalentes políticos da eficiência (SOUZA, 2006, p. 36).

Höfling (2001, p. 31) destaca que as políticas sociais se referem “a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico”. Ainda acrescenta que as políticas sociais têm sua origem nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos entre capital e trabalho no contexto da revolução industrial.

Para a autora, os processos de definição das políticas públicas refletem conflitos de interesses, que passam pelas instituições do Estado e da sociedade

como um todo. De acordo com Hofling (2001, p. 39):

Um dos elementos importantes deste processo – hoje insistentemente incorporado na análise das políticas públicas – diz respeito aos fatores culturais, àqueles que historicamente vão construindo processos diferenciados de representações, de aceitação, de rejeição, de incorporação das conquistas sociais por parte de determinada sociedade. Com frequência, localiza-se aí procedente explicação quanto ao sucesso ou fracasso de uma política ou programas elaborados; e também quanto às diferentes soluções e padrão adotados para ações públicas de intervenção.

A autora considera que a Administração Pública deve atender à sociedade sem privilegiar os interesses dos grupos detentores do poder econômico. Deve estabelecer como prioritários programas de ação universalizantes, que possibilitem conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, no sentido de diminuir o desequilíbrio social (HÖFLING, 2001).

Dessa forma, para Höfling (2001) as ações públicas, conectadas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais. A política educacional deve desempenhar importante papel em relação à democratização da sua estrutura ocupacional e à formação do cidadão, possibilitando sua inserção crítica num mundo globalizado.

Lima *et al.* (2009) colocam que as ações públicas, no que se refere ao bem comum, são sempre processos humanos, que geram conflitos com concepções implícitas e explícitas, porque envolvem pessoas que dão movimento aos projetos. Para os autores, ainda existe uma predominância na ênfase do papel dos governos que determinam se a política é boa ou má, como uma ação essencialmente do governo para a sociedade de carências.

Nesse sentido, estabelece-se uma relação vertical em que as políticas são determinadas pelo governo sem a real participação da sociedade, como pode ser observado na figura apresentada por Lima *et al.* (2009):

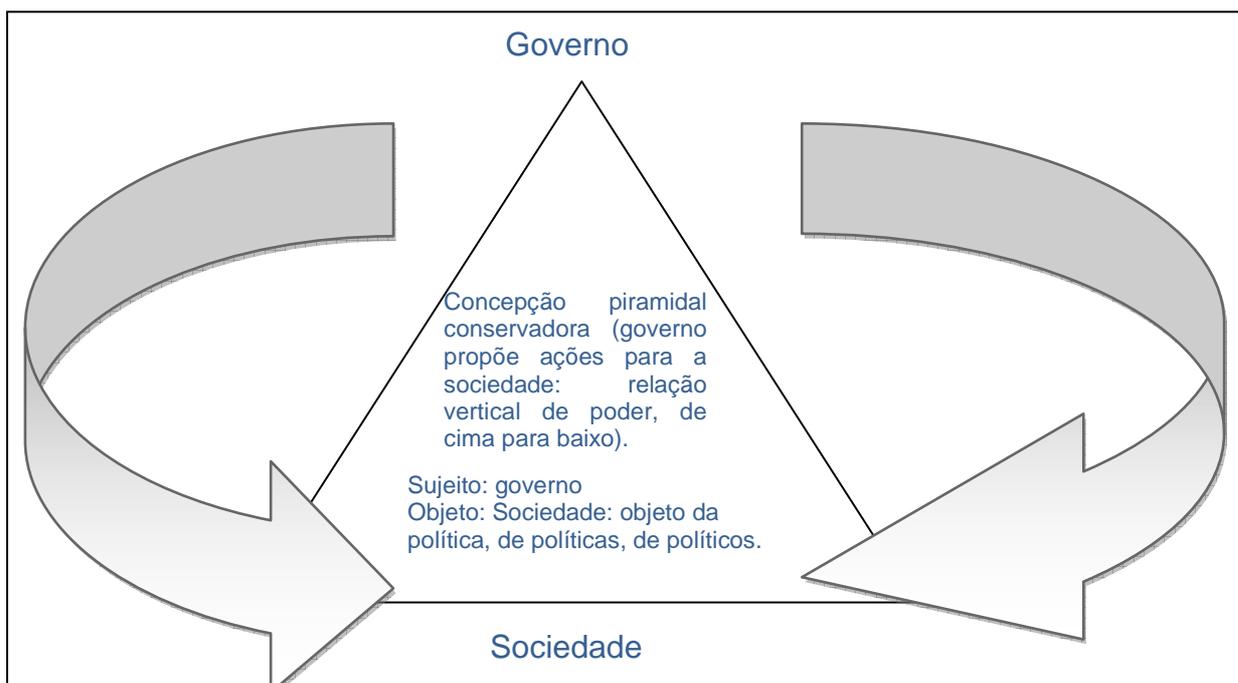


Figura 1: Políticas Públicas - Concepção piramidal conservadora
Fonte: Adaptado de Lima et al (2009, p. 25)

Em contrapartida, os autores apresentam uma concepção mais transformadora a respeito das políticas públicas, conforme pode ser observada na figura 2 a seguir.

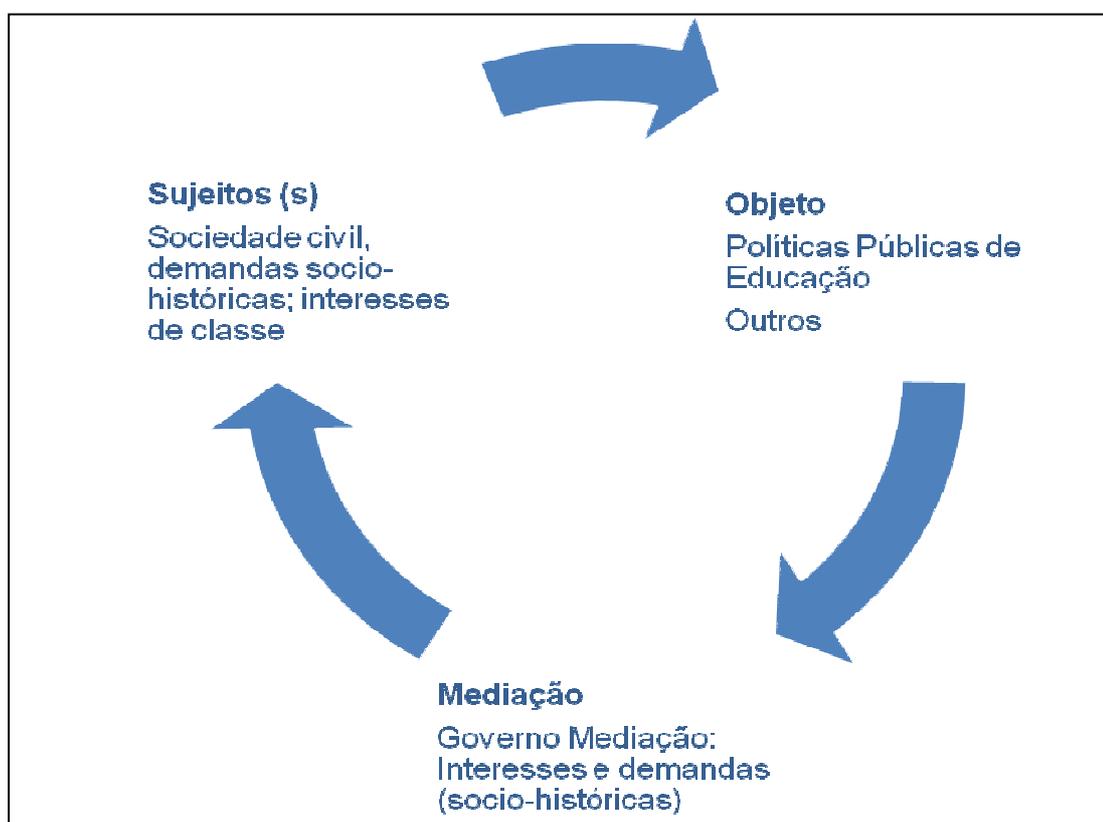


Figura 2: Políticas Públicas - Concepção transformadora
Fonte: Adaptado de Lima et al (2009, p. 26)

De acordo com Lima *et al.* (2009), essa concepção transformadora parte da efetivação de políticas públicas articuladas, ou seja, integradas e intersetoriais, que superam o consumismo e a exclusão. Para os autores, “torna-se necessário reconhecer e encarar as fissuras, as necessidades das pessoas e grupos que integram uma determinada sociedade, bem como a maneira de considerá-las, de resolvê-las e de transformá-las” (LIMA *et al.*, 2009, p. 26).

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

A história da estrutura e da organização do ensino no Brasil está diretamente relacionada à estrutura sócio-econômica do País, principalmente, sobre o panorama político de determinados períodos históricos (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009).

Para fins deste estudo, procurou-se entender o panorama do País a partir do período da Revolução Industrial, onde ocorreram significativas mudanças no campo econômico e social.

De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi, (2009) a partir da década de 1930, no início do processo de industrialização, acontecimentos políticos, econômicos e sociais traçam um novo perfil da sociedade brasileira. O comando do país passou da elite agrária, grandes produtores de café, para os novos industriais e a educação passou a ter mais importância, com ações governamentais que buscavam organizar um plano nacional de educação escolar. Segundo Romanelli (1987 *apud* LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009, p. 133):

A intensificação do capitalismo industrial alterou as aspirações sociais em relação à educação, uma vez que nele eram exigidas condições mínimas para concorrer ao mercado, diferentemente da estrutura oligárquica rural, na qual a necessidade de instrução não era sentida nem pela população nem pelos poderes constituídos.

Meneses *et al.* (2004, p. 56) afirmam que, embora sem uma programação definida para o setor político-econômico ou educacional, a Revolução dá início a um período em que todos os campos são atingidos, caracterizando-se “a passagem de uma sociedade pré-capitalista, agrário-comercial e artesanal para uma sociedade urbano-industrial”.

Libâneo, Oliveira e Toschi, (2009, p. 134) consideram que esse período representou a consolidação do capitalismo industrial no Brasil e foi determinante para o aparecimento das novas exigências educacionais. “Houve um desenvolvimento do ensino jamais registrado nos primeiros 10 anos. Em 20 anos, as escolas primárias dobraram em número e as secundárias quase quadruplicaram”.

Em 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), houve uma ação objetiva do Estado sobre a educação, oferecendo uma estrutura mais orgânica aos ensinos secundário, comercial e superior (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009).

De 1937 a 1945 vigorou o Estado Novo, período da ditadura de Getúlio Vargas, tornando-se central a questão do poder, aspecto esse segundo os autores “essencial para a compreensão do processo de centralização ou descentralização na organização do ensino no país” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009, p. 134).

Shiroma, Moraes e Evangelista (2002, p. 25) destacam que:

A implantação do Estado Novo, em 1937, definiu o papel da educação no projeto de nacionalidade que o Estado esperava construir. A nova Constituição dedicou bem menos espaço à educação do que a anterior, mas o suficiente para incluí-la em seu quadro estratégico com vistas a equacionar a “questão social” e combater a subversão ideológica.

De acordo com os autores, demarcava-se uma política educacional que reconhecia a finalidade da educação e da escola como um lugar de ordenação moral e cívica, da obediência, do adiestramento, da formação da cidadania e da força do trabalho por um lado, necessárias a modernização administrada, porém, submissa ao Estado (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002).

Segundo o entendimento de Libâneo, Oliveira e Toschi (2009), os anos entre 1930 e 1945 caracterizaram-se como um período centralizador da organização da educação. Organizou-se a educação escolar no plano nacional, especialmente nos níveis secundário, comercial e superior, deixando de atender ao ensino primário e a formação de professores. Para os autores:

Esta ação, que aparentemente parecia ser descentralizadora, pois a união cabia os ensinos secundários e superiores e aos Estados o ensino primário revelava na realidade o descaso ao ensino primário, pois em um país em pleno desenvolvimento industrial o ensino técnico profissionalizante tornava-se mais importante que o básico. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009, p. 135).

Os pioneiros da Educação Nova no Brasil surgiram em um momento nacional, quando lutas por mudanças educacionais eram necessárias. Seus princípios de “escola para todos” e “educação gratuita” deram início à democratização do ensino (ARANHA, 2006).

O escolanovismo desenvolveu-se no Brasil no momento em que o país sofria importantes mudanças econômicas, políticas e sociais. Os intelectuais Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho contribuíram para esse movimento de reforma no Brasil. Em 1932, lançam à Nação o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”, redigido por eles e assinado por mais 26 educadores. Esse momento foi um marco que modificou os rumos da Educação Nacional, dando início a uma série de acontecimentos. O Manifesto propunha diretrizes para a educação, defendendo a educação pública, obrigatória e gratuita (ARANHA, 2006).

O escolanovista Anísio Teixeira foi o grande defensor da descentralização pela municipalização do ensino. Ele entendia que a descentralização educacional contribuiria para a democracia e para a sociedade industrial, moderna e plenamente desenvolvida. Os escolanovistas acreditavam que a municipalização do ensino primário constituiria uma reforma política, e não mera reforma administrativa ou pedagógica (LIBANEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009).

A partir deste movimento, outros avanços foram ocorrendo na educação brasileira, passando por períodos turbulentos no contexto da história do país.

De acordo com Romanelli (*apud* LIBANEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009, p. 136:

Enquanto os liberais desejavam mudanças qualitativas e quantitativas na rede pública de ensino, católicos e integralistas desaprovavam alterações qualitativas, modernizantes e democráticas nas escolas públicas. Esta situação conferia um caráter contraditório à educação escolar. Tinha início, então, um sistema que, embora sofresse pressão social por um ensino mais democrático numérico e qualitativamente falando, estava sob o controle das elites no poder, as quais buscavam deter a pressão popular e manter a educação escolar em seu formato elitista e conservador. O resultado foi um sistema de ensino que se expandia, mas controlado pelas elites, com o Estado agindo mais pelas pressões do momento e de maneira improvisada do que buscando delinear uma política nacional de educação, em que o objetivo fosse tornar universal e gratuita a escola elementar.

O debate realizado durante a votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), exigência da Constituição Federal de 1946, envolveu a sociedade civil, e a lei resultante, n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, instituiu a

descentralização, ao determinar que cada Estado organizasse seu sistema de ensino. No entanto, esse momento democrático que o País vivia não combinava com o centralismo das ditaduras e durou pouco. Em 1964, o golpe dos militares provocou novamente o fortalecimento do Executivo e a centralização das decisões no âmbito das políticas educacionais (LIBANEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009, p. 137).

De acordo com Meneses *et al.* (2004), a política educacional centralizadora manifestou-se na tentativa de regulamentar em âmbito central a organização e o funcionamento de todos os tipos de ensino no país.

Somente no final do Estado Novo teve lugar a atividade normativa da União no tocante à educação, sendo lenta a montagem de mecanismos institucionais que viabilizassem a ação federal, especialmente em ensinos descentralizados como o primário e o normal (MENESES *et al.*, 2004).

Segundo Meneses *et al.* (2004), com a derrubada da ditadura Vargas em 1945, processa-se a chamada redemocratização do País, e uma nova Constituição é promulgada em 1946.

Assim, a União fica incumbida de legislar sobre “as diretrizes e bases da educação nacional” e de organizar o sistema federal de ensino, de caráter supletivo, estendendo-se a todo o país, nos estritos limites das deficiências locais (arts. 5 e 170). Os estados e o Distrito Federal voltavam a ter a atribuição expressa de organizar os seus respectivos sistemas de ensino (MENESES *et al.*, 2004, p. 63).

Antes da década de 1960, importantes debates aconteceram em torno do anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que levou treze anos para entrar em vigor.

Somente em 1961 foram fixadas as diretrizes gerais e as grandes linhas de um sistema nacional de educação. A união passava a assumir a função que lhe cabia de coordenar a ação educativa em todo o País, e os Estados, a tarefa de organizar seus respectivos sistemas, incluindo todos os níveis e modalidades de ensino (MENESES *et al.*, 2004, p. 66).

No entanto, salienta Aranha (2006) que a LDB de 1961, quando aprovada, já estava defasada, porque as exigências e condições do país já haviam se modificado durante os anos em que levou para ser deferida. A partir disso, outras discussões foram acontecendo e outras reformas se fizeram necessárias. Isso tudo num

contexto de ditadura e regime militar no país onde o autoritarismo impôs reformas que aconteceram de cima para baixo.

Os resultados foram elevados índices de repetência e evasão escolar, escolas com deficiências de recursos materiais e humanos, professores pessimamente remunerados e sem motivação para trabalhar e elevadas taxas de analfabetismo (ARANHA, 2006).

Libaneo, Oliveira e Toschi (2009, p. 138) destacam que:

No fim dos anos 70 e início da década de 80, esgotava-se a ditadura militar e iniciava-se um processo de retomada da democracia e de reconquista dos espaços políticos que a sociedade civil brasileira havia perdido. A reorganização e o fortalecimento da sociedade civil, aliados à proposta dos partidos políticos progressistas de pedagogias e políticas educacionais cada vez mais sistematizadas e claras, fizeram com que o Estado brasileiro reconhecesse a falência da política educacional, especialmente a profissionalizante, como evidência a promulgação da Lei 7.044/82, que acabou com a profissionalização compulsória em nível de segundo grau.

Na década de 1980, o país passa pela transição do regime militar para o regime democrático. A sociedade e a classe política buscavam seu espaço perdido. Na educação, reconheceu-se o fracasso das reformas anteriores. Foi dispensado nas escolas o ensino profissionalizante, retornando a ênfase para a formação geral.

A Nova LDB foi criada e aprovada em 1996, a partir da Nova Constituição de 1988. Esta lei foi considerada por muitos como Neoliberal por não garantir a democratização da educação, porque o Estado delegou ao setor privado boa parte de suas obrigações (ARANHA, 2006).

A retomada da democracia subsidiou o paulatino reconhecimento da educação como direito social básico. De acordo com Weber (2003, p.13):

Nesse contexto assiste-se a elaboração gradativa da concepção de escola como instância de formação e de exercício de cidadania e ao conseqüente esboço de crítica à visão da escolaridade como mecanismo de conservação do poder ou canal de ascensão social.

Para Weber (2003), a escola, mesmo sendo percebida como aparelho ideológico do estado e confirmadora da desigualdade social, passa a ser vista como espaço que propicia acesso ao conhecimento, à tecnologia, aos bens culturais. De acordo com Weber:

A escola começa a ser concebida como lugar de ensino, de aprendizagem, de organização do pensamento, de acesso à cultura, de incorporação de conteúdos básicos, de desenvolvimento de habilidades e de competências, enfim, de socialização das novas gerações (WEBER, 2003, p. 13).

Nesse processo, segundo Weber (2003), consolidam-se três diretrizes de política educacional voltadas para a educação básica, que estarão presentes na Constituição Federal e nas Constituições Estaduais, e reafirmadas também nas leis orgânicas dos municípios e nos diferentes projetos produzidos para a LDB, durante os oito anos que precederam a sua promulgação.

A primeira diretriz concerne à universalização do acesso ao ensino de qualidade: no começo dos anos 80, com ênfase na Educação Fundamental; a partir de meados dos anos 90, estendida para o ensino Médio. A segunda diretriz, dignificação do trabalho docente ou valorização do magistério, abrange entre outras políticas, a reorganização das condições de trabalho dos professores, nos planos de carreira e formação continuada prioritariamente em nível superior. Já a terceira diretriz refere-se à democratização da gestão educacional e da gestão escolar, que engloba a adoção de formas de participação da sociedade civil e da comunidade escolar, tanto na definição de prioridades, quanto na gestão administrativo-financeira de assuntos educacionais escolares. Em nível federal, abrange a criação de mecanismos de subvinculação de recursos financeiros destinados à educação, de avaliação periódica tais como o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e o aperfeiçoamento do Censo Escolar (WEBER, 2003, p. 14).

Weber (2003, p. 14) ainda ressalta que “a concretização dessas diretrizes vem sendo feita dentro dos limites e das possibilidades da história educacional brasileira, e dos projetos de Governo, gerados em conjunturas políticas determinadas”.

Arroyo (2008) destaca que nesse contexto entra a gestão democrática da educação, que contrapõe-se às tradicionais formas de controle de poder na sociedade, no Estado, na formulação de políticas e na gestão das instituições.

Para Arroyo (2008), a gestão democrática defendida pelo movimento docente dos anos 80 atreveu-se a defrontar e desestabilizar as estruturas tradicionais de poder e a cultura política que as legitimava; instalou um confronto no campo do poder, não apenas no interior das escolas e do sistema escolar, mas também em

relação ao poder no Estado, nos governos, nos partidos e na sociedade. “Os debates giravam sobre a concentração e apropriação do poder, sobre as estruturas e mecanismos de poder na sociedade que se reproduziam no sistema escolar” (ARROYO, 2008, p. 40).

Assim, segundo Libaneo, Oliveira e Toschi (2009), a modernização educativa e a qualidade de ensino nos anos 90 assumiram conotação nova, ao se relacionarem a proposta neoconservadora que inclui a qualidade da formação do trabalhador como exigência do mercado competitivo em época de globalização econômica.

Entretanto, salientam os autores, o novo discurso da modernização e da qualidade impõe limites ao discurso da universalização, da ampliação quantitativa do ensino, pois traz ao debate o tema da eficiência, excluindo os ineficientes, e adota o critério da competência (LIBANEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009).

Assim, a política educacional adotada no final da década de 90, concebida de acordo com a proposta do neoliberalismo, assumiu dimensões tanto centralizadoras como descentralizadoras. A descentralização, não apareceu como resultado de maior participação da sociedade, uma vez que as ações realizadas não foram fruto de consultas aos diversos setores sociais, mas surgiram de decisão preparada desde a campanha eleitoral (LIBANEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009, p. 140).

A respeito disso, Paiva (1986 *apud* LIBANEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009, p. 141) acrescenta que:

A questão centralização/descentralização deve ser remetida à história da própria formação social brasileira e as tendências econômico-sociais presentes em cada período histórico. Assim, descentralização e democratização da educação escolar no Brasil, não podem ser discutidas independentemente do modo pelo qual é concebido o exercício do poder político no País.

A partir da década de 80, o panorama sócio-econômico brasileiro indicava uma tendência neoconservadora que acenava para a minimização do Estado, o qual se afastava de seu papel de provedor dos serviços públicos, como saúde e educação. Em contrapartida, as alterações da organização do trabalho, decorrentes dos avanços tecnológicos, solicitavam da escola um trabalhador mais qualificado para as novas funções no processo de produção dos serviços (LIBANEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009).

Entretanto, consoante Coelho (2009), nesse período as críticas dos neoliberais ao Estado de bem-estar social e suas propostas para tirar as sociedades capitalistas da crise em que se encontravam eram dirigidas, não à intervenção do Estado em geral, mas à sua intervenção específica em determinadas esferas das relações econômicas, como o mercado de trabalho, mercado de capitais e mercado de bens e serviços. Segundo o autor, para os neoliberais as políticas sociais manteriam seu lugar na agenda do Estado como direitos de cidadania e instrumentos de promoção da equidade. Para o autor:

Algumas delas seriam compensatórias, temporárias e focadas nos mais pobres e atingidos pelo processo de ajuste da economia patrocinado pelo Estado – como as de transferência de renda para combate da pobreza absoluta e de seguro desemprego –, mas outras deveriam ser universais e permanentes – como as de educação, saúde pública e formação profissional (COELHO, 2009, p. 103).

Porém, apesar da crescente participação da educação na agenda governamental, incitada por diferentes atores sociais, pode-se constatar que, na prática, ainda existem grandes desafios a serem vencidos na educação brasileira, conforme Santos (2009, p. 75):

a despeito dos significativos avanços alcançados nos anos recentes pela Educação brasileira, esta área de política ainda apresenta grandes desafios a serem enfrentados pelo Estado brasileiro. Mesmo que tenhamos atingido praticamente a universalidade da cobertura da população em idade escolar do nível fundamental (estudantes de 7 a 14 anos), a qualidade do ensino e da gestão escolar e das desigualdades nas condições de acesso e permanência das crianças e jovens na escola e nas universidades ainda são problemas graves.

Assim, por compreender a necessidade do país no que se refere a políticas públicas de educação que visem não somente o acesso, mas a permanência do aluno na escola e a qualidade do ensino, buscou-se aprofundar o referencial teórico sobre as ações promovidas nos últimos anos pelo Estado com relação à educação no Brasil.

A inscrição da Educação como “direito de todos” já constava da Constituição de 1934, elaborada nos primórdios da Era Vargas. Datam daquele período, também, os primeiros esforços para a implantação de um sistema educacional de âmbito nacional. Mas foi apenas na Constituição de 1988 que ela tornou-se um “dever do Estado”, devendo ser provida de forma universal, ao menos no nível básico. Da mesma forma, é nesta Carta que foram definidas as responsabilidades e competências dos diversos níveis de governo para sua oferta, bem como as fontes de recursos para o seu financiamento (SANTOS, 2009, p. 77).

Ao eleger-se a educação básica como objeto da presente análise, destaca-se Mello (1991), que afirma que é preciso registrar o esforço desenvolvido pelo País para ampliar as oportunidades de acesso ao ensino fundamental: a taxa de participação na 1ª série desse ensino passou de cerca de 65% em fins da década de 30 a quase 95% no início dos anos 90, num período de acelerado crescimento demográfico, intensos fluxos migratórios, acentuada urbanização e industrialização.

No entanto, em 1991, Mello já afirmava que o baixo desempenho do sistema educacional vinha colocando sistematicamente em questão o princípio da equidade que inspirou esse esforço, na medida em que se garantiu o acesso à escola, mas não a conclusão do ensino obrigatório, nem um atendimento escolar com um padrão socialmente justo e de qualidade para todos.

Cabe ressaltar que essas conclusões datam de antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9394 de 20/12/1996 – LDB), aprovada pelo Congresso Nacional em 1996. Santos (2009) cita que esta Lei introduziu diversas exigências aos entes federados: um gasto mínimo por aluno, que cada um deve realizar, em sua jurisdição; o aumento do número de dias letivos em todos os estabelecimentos do País (para 200 dias letivos, perfazendo um total de 800 horas-aula anuais); a progressiva ampliação da carga horária diária da educação básica para tempo integral e medidas destinadas à maior qualificação e valorização dos profissionais do ensino. Pode-se observar que o art. 4º da LDB cita o ensino fundamental como um direito do cidadão à educação e um dever do Estado em atendê-lo mediante oferta qualificada.

Em 2001, o Congresso Nacional aprova o Plano Nacional da Educação (Lei 10.172 – de 09/01/2001), que prevê o diagnóstico, as diretrizes e as metas para todos os níveis e modalidades de ensino. Resumidamente, o Plano tem como objetivos: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública

e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (MEC, 2012).

Dando continuidade às iniciativas que objetivavam equacionar os problemas da educação brasileira, em 2007 o Ministério da Educação apresenta ao país o chamado Plano de Desenvolvimento da Educação, que foi lançado oficialmente em 24 de abril, simultaneamente à promulgação do Decreto n. 6.094, dispondo sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”. De acordo com Saviani (2007, p. 1233) este é, com efeito, o carro-chefe do Plano. Segundo o autor, “[...] a composição global do PDE agregou outras 29 ações do MEC. Na verdade, o denominado PDE aparece como um grande guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC.”

Santos (2009) cita que o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) colocou à disposição dos Estados, municípios e do Distrito Federal instrumentos de avaliação e implementação de políticas destinadas à melhoria da qualidade de ensino. A autora complementa que, para participar do programa, os governos subnacionais elaboram seus respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR), nos quais definem metas e ações passíveis de acompanhamento público e controle social. O PDE estrutura-se em torno de quatro eixos de ação (educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização e educação continuada) e, a cada um, correspondem ações expressas em programas novos ou redesenhados.

Simultaneamente ao PDE, o Ministério da Educação criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a partir de estudos elaborados pelo INEP, para avaliar o nível de aprendizagem dos alunos. “Tomando como parâmetros o rendimento dos alunos (pontuação em exames padronizados obtida no final das 4^a e 8^a séries do ensino fundamental e 3^a do ensino médio) nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática e os indicadores de fluxo (taxas de promoção, repetência e evasão escolar), construiu-se uma escala de 0 a 10. Aplicado esse instrumento aos alunos em 2005, chegou-se ao índice médio de 3,8 (SAVIANI, 2007, p. 1234).

À luz dessa constatação, foram estabelecidas metas progressivas de melhoria desse índice, prevendo-se atingir, em 2022, a média de 6,0, índice obtido pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

(OCDE), que ficaram entre os 20 com maior desenvolvimento educacional do mundo. O ano de 2022 foi definido não apenas em razão da progressividade das metas, mas à vista do caráter simbólico representado pela comemoração dos 200 anos da Independência política do Brasil (SAVIANI, 2007, p. 1234).

Assim, o índice, que é medido a cada dois anos, passou a ser o balizador da educação básica nacional. Para que o IDEB de uma escola ou rede cresça, é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula. Para que pais e responsáveis acompanhem o desempenho da escola de seus filhos, basta verificar o IDEB da instituição. Da mesma forma, gestores acompanham o trabalho das secretarias municipais e estaduais pela melhoria da educação, assim como recursos oriundos dos programas governamentais são disponibilizados aos municípios levando em conta o resultado do índice (MEC, 2012).

Ao resgatar esse histórico, constata-se que, apesar dos avanços percebidos na política educacional brasileira, ainda repercute a influência dos interesses dominantes, conforme citado por Libâneo, Oliveira e Toschi (2009, p. 149):

A desobrigação do Estado na área educacional apresenta-se atualmente, com intensidade, no ensino superior. Na educação básica, orientado até mesmo por organismos internacionais como o Banco Mundial, o Estado deve atender o ensino público, uma vez que esse nível de educação é considerado imprescindível na organização do trabalho. Tal atendimento, no entanto, vem sendo conduzido por parâmetros de gestão da iniciativa privada e do mercado, tais como diversificação, competitividade, seletividade, eficiência e qualidade. Essa orientação aponta, mais uma vez, o beneficiamento das forças privatistas na educação.

A História demonstra que a educação no Brasil sofreu e sofre a influência das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais de cada época. De acordo com essas influências e a força dos atores envolvidos, desempenhou e desempenha diferentes papéis, assumindo ora um caráter político e controlador, ora uma postura mais crítica e inovadora; ora uma orientação mais mecanicista e voltada à formação para o trabalho, ora mais humanista e voltada para a formação do cidadão mais crítico e atuante na sociedade.

Em diversos momentos, constata-se em nosso país a utilização da educação como ferramenta direcionada aos interesses da elite dominante, ou como bandeira político-eleitoral. Durante muito tempo, o acesso ao conhecimento foi restrito a poucos, a fim de que a população não tivesse consciência do direito de exercer sua cidadania. No decorrer de nossa história, também observa-se o direcionamento das

políticas educacionais ao atingimento dos indicadores importantes para os objetivos do governo em questão (habilitar-se a novos recursos, obter reconhecimento e investimento internacional, direcionar o ensino à demanda do mercado). Cabe ainda mencionar que muitas vezes a educação foi utilizada como principal lema de campanha, para dar visibilidade a algum partido ou candidato.

Contudo, os desafios que se apresentam para a educação brasileira possuem a dimensão do nosso país. Considerando o consenso quanto ao papel da melhoria dos indicadores educacionais na redução das desigualdades sociais e na promoção do desenvolvimento sustentável do país, deve-se considerar a causa mais importante do que a luta em si. Portanto, a união de esforços é fundamental, dos diversos atores sociais – não apenas governos, mas organizações e sociedade civil.

Essa conclusão não pretende desmerecer a importância da luta em prol da educação brasileira, sem a qual provavelmente não teríamos chegado até aqui. Tem a intenção de alertar sobre o papel que cabe a cada um de nós, de participar consciente e coletivamente nas decisões e no controle social, aproveitando os mecanismos hoje existentes de participação popular. E, dessa forma, contribuirmos para a causa, tão urgente e necessária.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Identificar e analisar os resultados obtidos com a implementação do programa Pacto pela Aprendizagem em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental do município de Novo Hamburgo (RS).

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para responder ao objetivo principal do estudo, são estabelecidos os objetivos específicos descritos a seguir:

- Verificar os dados (índices/indicadores) da Educação do município de Novo Hamburgo e da Escola Municipal de Ensino Fundamental foco do estudo;
- Conhecer o Pacto pela Aprendizagem, seus objetivos, suas metas e resultados;
- Verificar a realização dos objetivos e cumprimento das metas na Escola Municipal Machado de Assis;
- Realizar entrevistas com direção, professores, pais e alunos para analisar e comparar os resultados e percepções sobre o programa com os diferentes profissionais envolvidos no programa;
- Analisar os resultados obtidos com as entrevistas a partir do referencial consolidado.

4 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Nessa seção, apresentam-se os procedimentos utilizados para o alcance dos objetivos propostos no estudo, ou seja, o caminho adotado para a pesquisa a fim de atingir os objetivos. Vergara (2009) considera que as pesquisas podem ser definidas a partir de dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, esta pesquisa classifica-se como descritiva, tendo o fim de analisar e interpretar fatos, relacionando variáveis.

A pesquisa descritiva, conforme Vergara (2009), expõe as características de uma determinada população ou de um determinado fenômeno, estabelece correlações entre as variáveis e define a sua natureza, não tendo compromisso de explicar os fenômenos que descreve, mesmo servindo de base para tal explicação. Assim, optou-se pela pesquisa do tipo descritiva de caráter qualitativo, na qual realiza-se a apreciação e interpretação dos dados, através de técnicas de análise face à teoria.

Quanto aos procedimentos técnicos inclusos no trabalho, estão pesquisas bibliográficas que, Segundo Gil (2009), desenvolvem-se a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2009, p. 50). Para Marconi e Lakatos (2008, p. 185), “a pesquisa bibliográfica tem a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”.

Portanto, esse é um trabalho descritivo de natureza qualitativa, que abrange pesquisa bibliográfica e entrevistas semi-abertas com equipe diretiva, professores, pais e alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Machado de Assis pertencente à rede municipal de ensino do município de Novo Hamburgo, RS. A escola municipal foi escolhida por ser público-alvo do Programa Pacto pela Aprendizagem.

A fim de contemplar os diferentes enfoques da pesquisa, optou-se por realizar as entrevistas em quatro momentos distintos com os diferentes grupos dentro da escola. Em um primeiro momento, realizou-se a entrevista com a equipe diretiva da escola (Apêndice A), com o objetivo de compreender como a mesma percebe a

aplicação do programa e quais resultados foram alcançados. Em um segundo momento, realiza-se as entrevistas com os professores envolvidos (Apêndice B), tendo como objetivos avaliar o programa e levantar as mudanças nas relações dentro da sala de aula e entre alunos e professores, verificar como foram desenvolvidas as diretrizes e como os mesmos avaliam o desempenho da turma após a implementação do Pacto.

Na sequência, dando continuidade à pesquisa, são entrevistados pais de alunos (Apêndice C), tendo como objetivo analisar seu conhecimento sobre o programa e suas percepções em relação ao desempenho de seu filho. No último momento, são entrevistados os alunos (Apêndice D), a fim de identificar os ganhos percebidos por eles no que tange ao aproveitamento escolar e suas relações dentro da sala de aula.

Assim, buscou-se analisar a implementação da política educacional sob a ótica dos diversos públicos envolvidos na referida comunidade escolar. Também buscou-se informações junto a Secretaria de Educação do município sobre o referido programa e sua implementação, para que desta forma fosse possível estabelecer as relações com a realidade encontrada na escola. Tais dados estão apresentados no próximo capítulo deste estudo.

A fim de coletar os dados primários, foram elaborados roteiros de entrevistas, tendo em vista os diferentes perfis dos grupos a serem entrevistados apresentados a seguir. Com a direção da escola e com as professoras, foi aplicado questionário semi-estruturado, contendo questões abertas. Com os pais e alunos, foram efetuadas entrevistas, utilizando-se também de um roteiro estruturado, contendo questões abertas.

As entrevistas foram realizadas no período de fevereiro e março de 2012 e no total foram entrevistados:

- Equipe Diretiva – 01 Entrevista;
- Professores – 10 Entrevistas;
- Pais – 05 Entrevistas;
- Alunos – 07 Entrevistas.

5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM NOVO HAMBURGO

Com referência às políticas públicas de educação do município de Novo Hamburgo, há pouca bibliografia disponível. De acordo com Chemes e Feitosa (2011), por ser originalmente de imigração alemã, o município incorpora as características de uma região industrial que cresceu seguindo o modelo capitalista de desenvolvimento, o que no decorrer do tempo gerou contrastes entre as camadas sociais existentes, aprofundando as diferenças de renda e de condições de vida. Ainda, segundo as autoras, a história também revela que, provavelmente por derivar da colonização germânica, a comunidade sempre preocupou-se com as questões educacionais; a preocupação fica evidente ao se analisar reportagem em jornal local, sob o título “O 5 de Abril” nos anos 20, 30 e 40”, onde encontram-se vários artigos, além de pequenas notas sobre escolas, educação, instrução em quase todos os exemplares.

No ano de sua emancipação (1927), havia na cidade de Novo Hamburgo sete escolas estaduais, totalizando 374 alunos, uma municipal, com 72 alunos e seis particulares, com 478 alunos. Em 1930, havia oito escolas estaduais, seis municipais e oito particulares, com 1477 alunos no total. A era Vargas (1930/1945) representou um avanço significativo na educação nacional, o que também se observou em Novo Hamburgo. Em 1943, a cidade já contava com 35 escolas entre públicas e privadas e com um total de 3668 alunos, o que mostra que triplicou o número de alunos e mais que duplicou o de escolas (PETRY *apud* CHEMES; FEITOSA, 2011).

Atualmente, a política educacional e desportiva do município é executada pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED), que é responsável pelas atividades, projetos e programas dessas áreas, especialmente aqueles relacionados ao Ensino Fundamental e Infantil. A ela compete a gestão do sistema municipal de ensino, o desenvolvimento, elaboração e execução dos planos educacionais para andamento e aprimoramento das necessidades básicas de ensino, mantendo o intercâmbio junto aos outros órgãos e entidades nas áreas de educação e desporto locais, regionais, nacionais e intermunicipais (NOVO HAMBURGO, 2011).

Um dos programas desenvolvidos pela SMED atualmente é o Mais Educação. Implantado em Novo Hamburgo em 2009, é considerado um dos principais eixos de educação do Município. O Mais Educação, oferecido pelo governo federal, é

desenvolvido em 19 escolas da rede municipal em Novo Hamburgo e tem o objetivo de proporcionar aos estudantes uma escola integrada e integral. O programa é destinado aos alunos em situação de vulnerabilidade social. Atualmente, 2,5 mil crianças participam de práticas esportivas, recreativas, ambientais, artísticas e culturais, além de reforço escolar e projetos de comunicação, como rádio e jornal escolar. As atividades são desenvolvidas geralmente em espaços fora dos portões da escola, através de parcerias com ginásios, sindicatos, CTGs, igrejas e associações recreativas e de moradores (NOVO HAMBURGO, 2012).

Outro programa implementado no município é o Segundo Tempo, uma parceria entre o Ministério do Esporte e a Prefeitura de Novo Hamburgo. Tem como objetivo oferecer práticas esportivas educacionais que estimulem crianças e adolescentes a melhorar o convívio social, a condição de saúde e a autoestima. A iniciativa começou com alunos com idades entre 6 e 18 anos com acesso ao esporte no contraturno escolar, três vezes por semana. No Município, há 40 núcleos, entre escolas, associações comunitárias e igrejas. São atendidos quatro mil alunos pelo programa, que conta com 23 professores e 40 estudantes de Educação Física nas modalidades esportivas como: vôlei, badminton, capoeira, hapkidô, basquete, futsal, futebol de campo, xadrez e atletismo (NOVO HAMBURGO, 2012).

A política pública escolhida para o presente estudo (Pacto pela Aprendizagem) foi estabelecida no âmbito do Programa Escola Cidadã, instituído pela Administração Municipal de Novo Hamburgo no Plano Plurianual 2010/2013 (Lei 2002/2009), que compreende a educação como um instrumento de inclusão e de formação de cidadãos livres, democráticos e sujeitos de sua própria história, com valores éticos, capazes de contribuir para uma sociedade solidária e autossustentável. O desafio é atualizar a educação em relação às grandes transformações contemporâneas. A partir de tal concepção, os compromissos da Administração Popular na área da educação são:

- Democratização do Acesso e Permanência na Escola com efetiva aprendizagem;
- Democratização da Gestão Escolar;
- Democratização do Conhecimento para o sucesso escolar dos alunos;
- Valorização e Qualificação dos Profissionais das Escolas (NOVO HAMBURGO, 2011).

Com relação à Escola Municipal de Ensino Fundamental estudada, as informações obtidas em um primeiro momento foram através de sua Proposta Político Pedagógica (2011), disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto, da qual destaca-se seu marco fundamental:

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Machado de Assis compreende a Educação como um processo interativo, contínuo que possibilita ao aluno e ao professor espaços de aprendizagem que se dará através de vivências, buscando o desenvolvimento intelectual e pessoal, para a formação de alunos críticos e autônomos, respeitando a individualidade, num comprometimento mútuo da comunidade escolar. A comunidade escolar busca formar indivíduos comprometidos com a ação, norteados por valores éticos e que possam compreender e enfrentar a complexidade do mundo que os cerca.

O presente estudo considera também a abordagem de Maicardes (2006), ao afirmar que os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas.

5.1 O PROGRAMA PACTO PELA APRENDIZAGEM

O Programa Pacto pela Aprendizagem é desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo através da Secretaria Municipal de Educação e Desporto e tem como tema: “Todos temos o direito de aprender”.

Segundo a SMED – Secretaria Municipal de Educação e Desporto, o programa visa garantir o acesso e a permanência de todos os alunos com sucesso escolar, ou seja, com participação e qualidade para que todos possam aprender (SMED, 2011).

De acordo com a SMED, justifica-se sua implantação pela necessidade de:

- assumir as orientações do Parecer do CNE/CEB nº 11/2010 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;
- a pertinência da implantação do Projeto da Escola Cidadã: participação e qualidade para que todos possam aprender;

- os índices de reprovação da Rede Municipal de Ensino nos últimos 10 anos, com especial atenção aos índices de reprovação 2009 e 2010 nos 2º e 5º anos (9);
- os dados do IDEB de 2009, demonstrando que 14 escolas ficaram abaixo da média nacional (4.6) e 11 escolas ficaram acima da média, porém baixaram seu índice em relação ao IDEB 2007;
- a necessidade de articulação entre as diferentes ações institucionais desenvolvidas pela SMED e as Escolas da RME – Rede Municipal de Ensino: Eleição Direta para Diretores, 1ª Conferência Municipal de Educação, a Pesquisa Sócio Antropológica, os diversos Programas e Projetos desenvolvidos, a Auto Avaliação Institucional envolvendo segmento professores e funcionários das escolas e a Formação Continuada de Professores.

Partindo dessas justificativas, apresenta-se a seguir um diagnóstico da situação em forma de quadros, elaborados através de dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto.

Resultados Finais do Ensino Fundamental de 2010:

Movimento Séries	E F de 9 anos					E F de 8 anos				Total
	1 ano	2 ano	3 ano	4 ano	5 ano	5 ano	6 ano	7 ano	8 ano	
Nº de Turmas	131	145	136	125	119	90	56	25	14	841
Matrícula Inicial	2970	3274	3156	2942	2920	2488	1588	741	408	20487
Matrícula Geral	3195	3519	3371	3123	3085	2614	1637	768	419	21731
Transferidos	230	223	222	167	148	136	81	42	28	1280
	7,20%	6,42%	6,59%	5,35%	4,80%	5,20%	4,95%	5,47%	6,68%	5,89%
Evadidos	9	8	9	12	19	34	27	18	0	136
	0,28%	0,23%	0,27%	0,38%	0,62%	1,30%	1,65%	2,34%	0,00%	0,63%
Falecidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Matrícula Final	2956	3285	3140	2944	2918	2444	1529	708	391	30135
Aprovados	2935	2879	2837	2707	2653	2134	1362	639	356	18502
	99,29	87,64	90,35	91,95	90,92	87,32	89,08	90,25	91,05	91,08
Reprovados	21	406	303	237	265	310	167	69	35	1813
	0,71	12,36	9,65	8,05	9,08	12,68	10,92	9,75	8,95	8,92

Quadro 1: Resultados Finais do Ensino Fundamental de 2010

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Desporto do Município de Novo Hamburgo/RS

O quadro com dados fornecidos pela Secretaria de Educação apresenta os resultados finais do ensino fundamental no município em 2010. Pode-se observar que, em termos de reprovação, os maiores índices encontram-se no 2º ano do ensino fundamental de 9 anos (12,36%) e no 5º ano do ensino fundamental de 8 anos (12,68%).

Índices dos últimos 10 anos nas turmas de alfabetização:

Ano	Série	N. de turma	Matrícula Final	Aprovados		Reprovados	
				N.	%	N.	%
2001	1 série	202	4.727	4.090	86,52	637	13,48
2002	1 série	191	4.365	3.939	99,24	426	9,76
2003	1 série	174	3.943	3.267	82,86	676	17,14
2004	1 série	199	4.738	4.115	86,85	623	13,15
2005	1 série	167	3.700	3.135	84,73	565	15,27
2006	2 ano	148	3.485	2.974	85,34	511	14,66
2007	2 ano	144	3.243	2.770	85,41	473	14,59
2008	2 ano	141	3.198	2.760	86,34	381	3,7
2009	2 ano	143	3.293	2.852	86,61	441	13,39
2010	2 ano	145	3.285	2.879	87,64	406	12,36

Quadro 2: Índices dos últimos 10 anos nas turmas de alfabetização

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Desporto do Município de Novo Hamburgo/RS

Índices dos últimos 10 anos nas turmas de 5º ano (8)

Ano	Série	N. de turma	Matrícula Final	Aprovados		Reprovados	
				N.	%	N.	%
2001	5série	92	2.542	2.377	93,51	165	6,49
2002	5 série	90	2.450	2.268	92,57	182	7,43
2003	5 série	93	2.533	2.308	91,12	225	8,88
2004	5 série	106	2.807	2.559	91,16	248	8,84
2005	5 série	111	3.023	2.590	85,68	433	14,32
2006	5 ano	112	3.084	2.686	87,09	398	12,91
2007	5 ano	103	2.680	2.334	87,09	346	2,91
2008	5 ano	111	2.980	2.574	86,38	406	13,62
2009	5 ano	98	2.591	2.212	85,37	379	14,63
2010	5 ano (8)	90	2.444	2.134	87,32	310	12,68

Quadro 3: Índices dos últimos 10 anos nas turmas de 5º ano (8)

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Desporto do Município de Novo Hamburgo/RS

Após a etapa do diagnóstico, foram elaborados os objetivos gerais, que segundo a SMED são:

- Diminuir os índices de reprovação através de uma atenção especial aos alunos (as) com dificuldades de aprendizagem, garantindo a qualidade social do processo de ensino e de aprendizagem para todos os (as) alunos (as) da Rede Municipal de Ensino;

- Criar um ambiente de solidariedade e compromisso de todos com o ensino e a aprendizagem, reconhecendo as diferenças nos tempos e ritmos dos alunos, de maneira a contribuir para a superação das dificuldades de aprendizagem e o sucesso escolar de todos.

Como objetivos específicos, a SMED estabelece:

- Prover condições para instrumentalizar pedagógica e estruturalmente as escolas e os espaços pedagógicos da SMED, contribuindo para promover uma educação de qualidade social;

- Promover a participação das famílias, especialmente dos alunos reprovados em 2010, estabelecendo um pacto de co-responsabilidade das mesmas com o sucesso da aprendizagem de cada aluno(a);

- Ampliar ações de combate à repetência, à evasão, à exclusão social, através da formação continuada dos professores;

- Construir estratégias didático-pedagógicas para recuperar alunos que apresentarem dificuldades no seu processo de aprendizagem;

- Articular com a Secretaria Municipal de Saúde - SMS e Secretaria de Desenvolvimento Social - SDS e outros parceiros o atendimento prioritário aos alunos com dificuldades de aprendizagem e aos alunos com NEE, bem como de suas famílias;

- Buscar parcerias para atendimento voluntário de especialistas da área da saúde para atendimento clínico aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Estratégias Institucionais do Pacto pela Aprendizagem – (SMED, 2011)

- Constituição de Grupo de Trabalho para coordenar o Pacto pela Aprendizagem: todos temos o direito de aprender. Participam de tal coordenação os

Secretários da SMED – Secretaria de Educação e Desporto, SDS – Secretaria de Desenvolvimento Social e SMS – Secretaria Municipal de Saúde;

- Maior articulação das Escolas com as redes de apoio, ONGs e outras Secretarias;

- Fortalecimento e motivação do corpo docente e técnico, através da formação continuada e do planejamento escolar;

- Garantia de acesso aos projetos no contra turno escolar (Escola Integral);

- Aprofundamento e ampliação das ações de interação da escola com a comunidade;

- Aprofundamento teórico e prático da Educação Ambiental nas Escolas da RME – Rede Municipal de Ensino;

- Efetivação do trabalho nas Salas de Recursos Multifuncionais e dos Laboratórios de Aprendizagem para apoiar os alunos com NEE e os alunos com dificuldades de aprendizagem;

- Articulação com SDS para garantir acompanhamento sistemático das famílias em situação de vulnerabilidade social atendidos no CRAS, URAS e CREAS;

- Ampliação e atendimento prioritário de alunos com NEE – Necessidades Especiais e alunos com dificuldades de aprendizagem que não possuem laudo, através de uma busca ativa de vagas na rede da SMS, nas parcerias existentes com a APAE e a Feevale e no trabalho voluntário de especialistas da área da saúde para atendimento clínico aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem;

- Incentivo de uma cultura de promoção da saúde e prevenção (nutrição, cuidados com o corpo, saúde mental, DST) no ambiente do PSF - Programa Saúde da Família e PIM – Programa Primeira Infância Melhor;

- Articulação entre os professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e neste nível do currículo para as áreas (encontros, visitas, reuniões e instrumentos de registro) que permita conhecer os processos de aprendizagem vivenciados e as condições em que eles se deram. Independentemente desta transição ser feita no interior de uma mesma escola ou entre escolas, para assegurar às crianças a continuidade de seus processos peculiares de desenvolvimento e a concretização do seu direito à educação;

- Divulgação das ações desenvolvidas pelas escolas comprometidas com o Pacto pela Aprendizagem no Fórum de Educação e Mostra Multicultural.

Estratégias para toda RME – Rede Municipal de Ensino (SMED, 2011)

- Criação de Grupo de Trabalho para Diagnóstico Individualizado dos Alunos reprovados em 2010-GT em cada escola para implementações;
- Elaboração de listagem dos alunos com NEEs já diagnosticadas e dos alunos que devem ser encaminhados para avaliação na área da Saúde, para serem atendidos prioritariamente através da busca ativa de vagas na Rede Pública, na parceria com a APAE e a Feevale e na mobilização com empresas e clínicas;
- Realização de Pesquisa Sócio antropológica, priorizando visita a todos os alunos reprovados em 2010.

Cada Coordenador Pedagógico e Orientador Educacional, a partir do diagnóstico individual do aluno, deverá propor em seu Plano de Ação estratégias específicas de intervenção com professores, alunos e suas famílias para superação dessas dificuldades (SMED, 2011).

Estratégias para os anos iniciais

- Progressão Continuada até o 3º ano – Alfabetização;
- Implantação do que diz no parecer: três primeiros anos em um único bloco pedagógico de ensino e de aprendizagem com progressão continuada e com qualidade de aprendizagem;
- Aplicação e Análise dos resultados da Provinha Brasil- 2º ano (9);
- Prioridade de atendimento a tais alunos nos programas de contra turno escolar (Mais Educação – Segundo Tempo);
- Mapeamento sistemático do nível de construção da leitura e escrita de cada aluno;
- Implementação de programas de formação para atender demandas específicas de qualificação dos professores que atuam nas turmas desse bloco pedagógico:
 - Pró-Letramento;
 - Além das Letras;
 - Além dos Números.

Estratégias para os anos finais

- Transição entre currículo e área;
- Continuidade e aprofundamento dos projetos desenvolvidos com adolescentes em 2010. Ex.: PIEP - Projeto Interdisciplinar entre a Psicologia, Informática Educativa e Pedagogia, SPE- Programa Saúde e Prevenção na Escola;
- Aplicação e Análise dos resultados da Prova Brasil- 5º ano(9) e 8º ano(8).
- Prioridade de atendimento a tais alunos nos Programas de Contra turno Escolar (Mais Educação – Segundo Tempo – PELC);
- Realização de um curso de *Educação não violenta* em parceria com a SDS;
- Implantação de cursos em parceria com Intel e Liberato e com o MEC-UFRGS, Programa UCA- Um Computador por Aluno, como ações de melhorias da qualidade de ensino, repensando as práticas através de tecnologia.

Ação estratégica intersetorial

Será desenvolvida em quatro escolas que possuam um maior número de alunos (uma por região), visando melhorar os índices de aproveitamento escolar. Para tanto, serão constituídos comitês Locais que atuarão nas quatro escolas para reforçar ações conjuntas de apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem, bem como as suas famílias. Integrarão esse comitê assessores da SMED, SMS e SDS destacados para tal ação nas escolas (SMED, 2011).

- Criação de grupo de apoio aos familiares dos alunos com dificuldades de aprendizagem para orientações e acompanhamento sistemático do Comitê Local;
- Reunião da SMED com a Equipe Diretiva de cada Escola para apresentação da proposta;
 - Reuniões para construir a proposta com a equipe diretiva e os professores em cada escola, estabelecendo um cronograma de trabalho que contemple:
 - Identificação dos alunos que reprovaram em 2010 através da realização de diagnóstico;
 - Análise detalhada do diagnóstico dos alunos reprovados em 2010;
 - Cronograma de visitas e atividades com as famílias dos alunos reprovados em 2010;
 - Elaboração da pauta de trabalho pedagógico (ensino por projetos, pesquisa e resolução de problemas);

- Organização de encontros sistemáticos com professores, pais e alunos;
- Estruturação de trabalho coletivo dos professores no atendimento aos alunos de forma a permitir maior articulação entre todos os envolvidos com o processo de ensino e aprendizagem;
- Acompanhamento quinzenal da assessoria da SMED (Áreas: Psicossocial, Pedagogia, Educação Inclusiva e Diversidade) a estas escolas, definindo coletivamente as pautas de trabalho, contemplando as intervenções com professores, com os alunos e com as famílias;
- Registro dos avanços pedagógicos ocorridos;
- Aprimoramento dos registros pedagógicos para respaldar legalmente as ações.

Ao apresentar o Programa em questão na Câmara Municipal de Novo Hamburgo, o Secretário Municipal de Educação e Desporto colocou que o pacto municipal e a não repetência nos primeiros anos do Ensino Fundamental são duas coisas diferentes. Segundo ele, "existe uma resolução do Ministério da Educação que estabelece a progressão continuada, ou seja, que o tempo que vai do 1º ao 3º ano seja considerado um bloco pedagógico só. Assim, só pode haver reprovação no final desse ciclo", explicou (CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, 2011).

O Secretário destacou que dentre os objetivos do Pacto pela Aprendizagem, está o aumento da qualidade dos processos ensino-aprendizagem através do diálogo com questões de assistência social, saúde e segurança; promover a participação das famílias e construir estratégias para recuperar alunos com dificuldades.

A progressão continuada determinada pelo governo federal não será implementada em Novo Hamburgo sem outras medidas paralelas. A ideia é constituir uma comissão municipal, integrada por professores e outros membros da comunidade, para estabelecer referências de avaliação permanente, para que não ocorram reprovações em massa nos anos seguintes. O secretário salientou que a mudança prevista pelo Ministério da Educação será implementada em Novo Hamburgo após debates com a comunidade. Também salientou que existe um grupo de trabalho voltado à inclusão e que a adequação dos espaços físicos das escolas está ocorrendo (CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, 2011).

Dados apresentados em reportagem do Jornal NH, veiculada em 07 de abril de 2011, apontam que, em 2010, 1.813 alunos foram reprovados, número que representa 8,92% de toda a rede municipal. Para diminuir tais índices pela metade, o Pacto pela Aprendizagem propõe a elaboração de um diagnóstico individualizado de cada aluno para que possa ser avaliada qual é a dificuldade enfrentada pelo estudante. Segundo o Secretário de Educação de Novo Hamburgo “nossos índices de reprovação estão abaixo da média nacional, mas sempre podemos melhorar. Nossas metas são ousadas, mas coletivamente vamos dar conta deste desafio” (JORNAL NH, 2011).

Segundo informações do Secretário, os três primeiros anos se constituirão de um único bloco pedagógico de ensino e de aprendizagem, com progressão continuada, o que significa que eles não serão reprovados, conforme resolução do Conselho Nacional de Educação. Estes alunos terão prioridade de atendimento nos programas de contraturno escolar, como o Mais Educação e o Segundo Tempo, que oferecem atividades esportivas. Será feito um mapeamento do nível de construção da leitura e da escrita de cada aluno. Programas de formação para atender demandas específicas de qualificação dos professores que atuam com este bloco pedagógico, como o Pró-letramento, Além das Letras e Além dos Números, serão implementados (JORNAL NH, 2011).

Já nos anos finais, os projetos iniciados em 2010, como o Projeto Interdisciplinar entre a Psicologia, Informática Educativa e Pedagogia e o Programa Saúde e Prevenção na Escola, terão continuidade. Estes estudantes também terão prioridade de atendimento nos programas de contraturno escolar, como o Mais Educação e o Segundo Tempo, que oferece atividades esportivas (JORNAL NH, 2011).

5.2 A ESCOLA MACHADO DE ASSIS E O SEU CONTEXTO

A fim de contextualizar a instituição objeto da presente análise, descreve-se, a seguir, também o contexto político, social e econômico na qual está inserida.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Machado de Assis localiza-se no bairro Canudos, no município de Novo Hamburgo (RS). Canudos, que atualmente

possui uma população de aproximadamente 59 mil habitantes, também é o maior bairro territorial urbano de Novo Hamburgo, tendo uma área de 14,9 km² e localiza-se a leste da cidade; limita-se ao norte com o bairro São Jorge, ao sul com Lomba Grande, a leste com o município de Campo Bom e a oeste com os bairros de Hamburgo Velho, Jardim Mauá, Rondônia e Lomba Grande.

O bairro possui associação de moradores, dez escolas municipais de ensino fundamental e cinco de educação infantil, núcleos extraclasse, posto de saúde, praças, casas comerciais, bancos, indústrias diversas de pequeno, médio e grande porte. Apesar da diversidade econômica que o bairro apresenta, grande parte da população ainda busca seu sustento em empregos informais, devido ao fechamento de muitas fábricas de calçados, principal atividade econômica da região nas décadas passadas. Tal fato, aliado ao crescimento acelerado da população (muitas pessoas vieram de cidades do interior ou estados vizinhos em busca de emprego e melhores condições de vida), originou diversos problemas de ordem social, assim como uma maior demanda por infraestrutura e serviços públicos.

De acordo com dados obtidos na Proposta Político-Pedagógica da Escola, salienta-se que ela está inserida em um local onde se encontra um conjunto residencial popular habitado, fundamentalmente, por trabalhadores de indústria, comércio, técnicos de enfermagem, prestadores de serviços, cozinheiras, secretárias, funcionários públicos e também trabalhadores informais, como faxineiras, babás, serventes, vendedores, serviços gerais, entre outros. O nível de instrução predominante da comunidade situa-se entre o fundamental completo e o ensino médio incompleto; a situação econômica predominante é a média baixa (PPP DA ESCOLA, 2011).

A criação da Escola em 1988, através da Portaria 67/88 de 13/06/88, teve como objetivo principal atender à demanda educacional das famílias residentes no conjunto residencial popular (Residencial Mundo Novo). As primeiras matrículas foram realizadas no início do ano letivo, em março de 1988, no pátio da Escola Municipal Anita Garibaldi, escola com maior proximidade física. Durante aquele ano, até a conclusão da obra do prédio, as turmas foram atendidas em diversos locais: Núcleo extraclasse Monteiro Lobato, Escola Municipal de Ensino Fundamental Anita Garibaldi e Centro Comunitário do Residencial Mundo Novo.

A escola foi inaugurada oficialmente no dia 22 de outubro de 1988, data que passou a ser comemorada como o aniversário da mesma. Em seu projeto original, a

escola foi contemplada com oito salas de aula, uma cozinha, um banheiro masculino e um feminino, secretaria, sala dos professores, banheiro dos professores e casa do zelador. No ano de sua criação, a escola atendeu 407 alunos, da pré-escola à 5ª série. A 6ª série iniciou no ano de 2001, devido à mobilização da comunidade, que buscava suprir a necessidade de atendimento ao grande número de adolescentes que eram obrigados a procurar escolas mais distantes.

Atualmente, a escola atende a Educação Infantil (Faixa Etária 5) e Ensino Fundamental (do 1º ano de 9 anos até o 6º ano de 8 anos). O Corpo docente é formado por 32 professoras concursadas, 05 estagiárias, 01 secretária, 01 bibliotecário e 08 funcionárias. Possui dezessete salas de aula, uma Biblioteca com mais de 16 mil livros e outros recursos didáticos, atendendo 748 alunos em 2010 e 711 alunos em 2011, divididos em 30 turmas, oferecendo, além do ensino regular, projetos extra-classe.

Os projetos extra-classe acontecem no turno contrário. São oferecidos aos alunos as seguintes atividades:

- Clube xadrez;
- Repórter mirim;
- Laboratório de aprendizagem;
- Hora do conto;
- Monitores.

Dentre os projetos regulares da escola estão:

- Corporeidade;
- Dança;
- Xadrez Escolar;
- Hora do conto.

A escola também realiza eventos próprios, como a Feira Literária, a Gincana da Criança, que ocorre dentro da semana de aniversário da escola, Aluno Destaque, encerramento da apresentação dos valores trabalhados ao longo do ano, Caminhada das Lanternas, entre outros.

Conforme citado anteriormente, o IDEB: Índice da Educação Básica - criado pelo Ministério da Educação, busca representar a qualidade da educação em uma

rede de ensino ou escola, através de um número que varia de 0 a 10, sendo 6 a referência para uma escola ou rede com qualidade adequada (PORTAL IDEB, 2012).

O valor do IDEB é obtido pela multiplicação do indicador de rendimento (fluxo) pela nota média padronizada (proficiência). O Fluxo indica o ritmo de progressão dos alunos ao longo das séries. É calculado pelas taxas de aprovação nas séries de cada segmento. Varia de 0 a 1. A fonte de dados é o Censo Escolar. A Proficiência indica o aprendizado adquirido pelos alunos. É construído pelos resultados na Prova Brasil de Matemática e de Língua Portuguesa. Varia de 0 a 10.

Em relação ao IDEB da escola em estudo, apresentam-se os seguintes índices nos anos de 2005, 2007 e 2009, conforme quadro a seguir:

Ranking		Cidade	Escola	IDEB		
RS	BR	NH	EMEF Machado de Assis	2005	2007	2009
1163	13441			4,6	4,8	4,9

Quadro 4: índice IDEB da Escola
Fonte: Portal IDEB

Em relação à implantação do Pacto pela Aprendizagem na Escola Machado de Assis, ressaltam-se alguns dados relevantes.

Pacto pela aprendizagem 2011	
Total de alunos reprovados (2010)	104
Total de alunos transferidos	32
Total de alunos que permaneceram na escola	72
Total de alunos encaminhados	54
Total de alunos em atendimento durante o ano	47
Total de alunos em atendimento até dezembro	28
Total de alunos com auxílio transporte	14
Total de alunos aprovados	64
Total de alunos reprovados	8

Quadro 5: Dados sobre o Pacto pela Aprendizagem na Escola Machado de Assis – 2011
Fonte: Escola Pesquisada

Segundo as informações da equipe diretiva, algumas famílias não aderiram ao encaminhamento e também alguns casos não tiveram retorno da Secretaria da

Saúde. Os demais casos foram atendidos pelo Laboratório de Aprendizagem da escola e pelos próprios professores.

O Quadro 5 demonstra que, do total de alunos reprovados em 2010 (104), 72 permaneceram na escola durante o ano de 2011. Destes 72 alunos encaminhados, 64 foram aprovados no final do ano e 8 foram reprovados.

Além das atividades regulares e as extra-classe, também foram realizadas reuniões de pais, uma no começo do ano, outra no meio do ano letivo, uma em setembro e outra no final do ano. Dessa última reunião realizada, não foi possível obter os dados por ainda não terem sido compilados pela escola. Os percentuais de participação das famílias encontram-se apresentados no quadro a seguir, podendo ser comparados nos diferentes períodos.

Turma	Nº. de alunos em março	% de presenças 1ª reunião	Nº. de alunos em junho	% de presenças 2ª reunião	Nº. de alunos em setembro	% de presenças 3ª reunião
FES A	22	59%	19	28%	19	28%
FES B	22	82%	21	52%	21	52%
FES C	21	52%	21	43%	21	43%
FES D	21	67%	23	43%	23	43%
1 A	22	64%	22	91%	21	86%
1 B	22	64%	23	97%	23	96%
1 C	23	48%	23	100%	23	100%
1 D	23	74%	22	82%	23	87%
2 A	25	40%	25	68%	25	92%
2 B	26	50%	27	92%	27	85%
2 C	29	48%	28	86%	27	93%
2 D	28	46%	26	88%	20	80%
3 A	27	63%	27	96%	26	100%
3 B	22	59%	23	83%	24	92%
3 C	26	65%	25	92%	25	100%
4 A	23	83%	25	100%	23	88%
4 B	26	38%	25	92%	26	93%
4 C	24	58%	25	100%	25	95%
4 D	24	29%	23	91%	22	91%
5 A	25	64%	25	100%	25	88%
5 B	22	45%	25	88%	24	79%
5 C	24	29%	25	88%	26	85%
5 D	24	33%	24	92%	25	88%
6 A (9)	28	32%	23	86%	27	90%
6 B (9)	27	67%	29	79%	29	79%
6 C (9)	28	43%	29	96%	27	89%
6 A (8)	25	56%	24	83%	23	87%
6 B (8)	24	29%	25	76%	23	87%
6 C (8)	22	23%	22	68%	23	95%
6 D (8)	22	36%	23	83%	24	79%

Quadro 6: Dados das reuniões de pais na Escola Machado de Assis – março/junho/setembro
Fonte: Adaptado de dados fornecidos pela Escola Pesquisada

Como pode ser observado no quadro 6, o percentual de presença dos pais variou de acordo com as turmas, da 1ª reunião para a 2ª e 3ª reuniões que

ocorreram no decorrer do ano letivo. Os percentuais de participação indicam que, de uma forma geral, houve um aumento na participação dos pais. Das 30 turmas da escola, 22 tiveram um aumento considerável na participação das famílias nas reuniões.

6 RESULTADOS DA PESQUISA

O primeiro passo para iniciar a pesquisa foi solicitar autorização da Secretaria Municipal de Educação do município (SMED), que foi muito receptiva à ideia apresentada. A Gerente Técnico Pedagógica, responsável direta pelo programa a ser pesquisado, forneceu todos os dados necessários sobre o Pacto pela Aprendizagem e sobre a Rede Municipal de Ensino, para que pudesse ser feita a escolha da escola a ser pesquisada. Também partiu dela o primeiro contato com a direção da escola, que prontamente se dispôs a contribuir.

Ao entrar pela primeira vez na EMEF Machado de Assis, tem-se uma agradável surpresa quanto ao espaço físico e infraestrutura da escola. Na primeira visita efetuada, encontrou-se uma escola organizada e colorida, talvez tal característica estivesse destacada pelo período natalino em que ocorreu, mas muito diferente da imagem do ensino público sucateado e depredado, que se vê constantemente nos noticiários. Naquele momento, acontecia o encerramento do trabalho sobre “Valores”, efetuado com todas as turmas da escola. A cada turma havia sido designado um valor (amizade, amor, respeito,...) no início do ano, sobre o qual trabalharam durante todo o ano letivo. Na oportunidade, presenciou-se o encerramento do trabalho, onde cada turma apresentou uma bola natalina representando o valor correspondente e falou sobre o mesmo.

As demais visitas ocorreram após o retorno às aulas, no início do ano letivo de 2012. Nesse segundo momento, foi possível observar mais detalhadamente a escola. Percebeu-se organização, limpeza, gestão comprometida, busca pela melhoria e boa estrutura. Apesar do prédio não ser novo, todas as salas possuem ventiladores. Há um laboratório de informática bem equipado e com ar condicionado, embora seja pequeno. As salas haviam sido pintadas para o retorno às aulas. A biblioteca ganhou um novo acervo em 2011 e a escola também ganhou novos bebedores, com água gelada para os alunos.

Porém, foi possível constatar que a escola não possui sala de reuniões, refeitório, auditório e sala de recuperação. Embora haja espaço, não possui estrutura para a continuidade das séries do ensino fundamental, tão reivindicada pelos alunos e pais entrevistados. Há salas de aula que estão localizadas em um prédio construído provisoriamente em 1990, com chapas de material compensado,

mas que ainda não foi substituído por um prédio de alvenaria. As salas de tal prédio são pequenas e muito quentes e sua estrutura não corresponde ao padrão que se observa em toda a escola. A quadra é ampla e coberta. Há três pracinhas diferentes para as crianças brincarem.

Alguns projetos necessitariam espaço físico adequado, como, por exemplo, o “Mais Educação”, que disponibiliza verba para o material e para os oficinairos; porém, não há recursos para a estrutura a ser ocupada. Nem sempre é possível contar com o espaço ideal para as atividades; assim, são necessárias adaptações para poder viabilizar o projeto, inclusive utilização da verba da APEMEM (Associação de Pais e Mestres) da escola.

O comprometimento da equipe diretiva, o cuidado e o zelo para com a escola e para com os alunos foram percebidos em todos os contatos efetuados, inclusive nas entrevistas com os pais, que relataram sentir-se acolhidos pela mesma.

Questionou-se à equipe diretiva quando foi implementado o Pacto pela Aprendizagem na Escola Machado de Assis e de que forma se deu a sua implementação. Segundo a mesma, a implementação se deu em maio de 2011. Primeiramente, foram organizadas reuniões com os professores, a fim de esclarecer os propósitos da SMED; na sequência, foi elaborada uma planilha, contendo o nome dos alunos reprovados em 2010 e suas necessidades, a qual foi remetida aos devidos setores da Secretaria. Paralelo a todo esse processo, a escola chamou os responsáveis por tais alunos, procurando encaminhá-los para o atendimento pertinente (particular, no caso das famílias que possuíam maiores condições financeiras; público ou convênios firmados, para as demais famílias).

Sobre as mudanças promovidas por ocasião da implementação da referida política, a equipe diretiva da escola colocou que puderam ser percebidas na constante busca pelo aprimoramento e sensibilização do corpo docente; na contínua manutenção do espaço físico e aquisição de materiais para todos os setores da escola. Também foi citado que a escola acolheu o projeto federal “Mais Educação”, para atender, principalmente, os alunos do Pacto. Mencionaram também que a escola já contava com outros projetos estaduais e federais.

Em relação à infraestrutura, a equipe diretiva precisou adaptar as oficinas, ocupando os espaços já existentes. A maior parte dessas atividades ocorreu no pátio da escola, inclusive no momento do lanche. Com apoio da SMED, resgatou-se

um espaço de salas do prédio ao lado da escola, o qual foi reformado com verbas da APEMEM.

No que diz respeito à participação da comunidade, a equipe salientou que muitas famílias responderam aos chamados feitos pela escola, frente às necessidades colocadas pelos professores e estabeleceram uma parceria na busca do crescimento do filho; ocorreram palestras para as famílias, envolvendo os temas educação, afetividade, comprometimento e responsabilidade; também foram efetuadas avaliações semestrais, enviadas às famílias.

A capacitação do corpo docente foi realizada através de reuniões gerais pedagógicas e administrativas, micro reuniões por currículo e área. Houve um grande empenho por parte da equipe diretiva na organização de substituições, para que os professores pudessem participar das formações oferecidas pela Secretaria em horário de trabalho.

Com relação às avaliações dos alunos, a equipe diretiva relatou que foram realizadas de forma individual, levando em conta as potencialidades e limitações de cada um, bem como o crescimento apresentado ao longo dos trimestres nas áreas afetiva, social, psicomotora e cognitiva. Em cada trimestre ocorreram pré-conselhos, nos quais os alunos puderam se manifestar, trazendo a sua percepção sobre a sua aprendizagem e sobre a escola como um todo. Os pré-conselhos consistiram em preparações para os conselhos de classe, nos quais os professores trouxeram a visão dos alunos, expressaram sua percepção e, junto com a coordenação, estabeleceram novas estratégias pedagógicas para auxiliá-los em suas dificuldades, bem como desenvolver as habilidades percebidas. Logo após, passavam os casos para a orientação e esta entrava em contato com as famílias para orientá-las em como conduzir ou auxiliar seus filhos, buscando encaminhamentos internos (projetos e laboratório de aprendizagem) e externos, com os outros profissionais. Todo esse processo antecedia a entrega de boletins.

De acordo com a equipe diretiva, os ganhos percebidos estão relacionados à melhora na autoestima e também ao crescimento cognitivo, social e afetivo. Várias famílias se aproximaram mais da escola e muitos alunos conseguiram superar suas dificuldades. Para a direção, os professores, a cada ano, se desdobram mais e mais frente às muitas questões sociais que se refletem diretamente na sala de aula. Procuram dialogar, pesquisar, trocar, inovar, reinventar novas formas de ensinar e compreender os alunos e sua diversidade.

Quando questionada sobre os aspectos positivos e os aspectos que precisam ser aprimorados na implementação do Pacto pela Aprendizagem, a equipe diretiva colocou que, além dos aspectos positivos já citados, também se salienta o envolvimento, o comprometimento e o apoio da responsável direta pelo Pacto pela Aprendizagem, juntamente com as assessorias das áreas psicossocial e de inclusão da SMED. Sobre o que precisa ser aprimorado, destacaram que, para melhorar a qualidade do ensino, seria necessário: profissionais e espaço físico adequado para que se possam desenvolver aulas permanentes de recuperação ao longo do ano letivo; a construção e manutenção de espaços físicos que venham suprir as necessidades da escola para melhor atender os alunos e a comunidade escolar; recursos humanos suficientes para iniciar o ano letivo; ampliação do AFAS (projeto aprendendo fazendo – alunos que cursam o magistério), para auxiliar as professoras que possuem alunos NEE (Necessidades Educacionais Especiais).

A seguir, apresentam-se as respostas das questões aplicadas ao grupo de 10 professoras que atuam nas seguintes turmas:

Turma	Professora	
	Número	Identificação
2º ano (A)	01	A
3º ano (A, C)	01	B
4º ano (A, C)	01	C
5º ano (A)	01	D
6º ano de 8 e de 9 (A, B, C, D)	06	E, F, G, H, I e J
Total	10	

Quadro 7: Professoras Pesquisadas
Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

1. Segundo sua percepção, quais as principais mudanças ocorridas na escola com a implementação do Pacto pela Aprendizagem?

Professora	Respostas
A	Agilidade dos atendimentos das áreas especializadas (fonoaudiologia, psicologia, etc.) para os alunos da escola
B	Por parte da Secretaria (SMED), a parceria com profissionais
C	Possibilidade de encaminhamento a serviços especializados para alunos com defasagem e necessidades especiais. Antes a burocracia era maior em torno destes encaminhamentos
D	Preocupação maior em buscar novas estratégias didático-pedagógicas para recuperar os alunos com dificuldade de aprendizagem
E	Melhorou o diálogo entre os alunos e os professores
F	Maior participação do aluno no ambiente escolar e maior possibilidade de atendimento extraescolar
G	Aumento no número de crianças atendidas em programas/projetos na escola e em núcleos de atendimento específicos (NAP), Mais Educação, Laboratório de Aprendizagem
H	Atendimento dos alunos com dificuldade de aprendizagem
I	Professores mobilizados, interessados em participar ativamente do pacto, mas estão sozinhos em sala de aula, enfrentando o problema (direção e coordenação tentam ajudar, mas a demanda é muito mais complexa)
J	A coordenadora e a orientadora conseguiram encaminhar a agendar um número maior de alunos para atendimento nas áreas especializadas

Quadro 8: Respostas da questão 1 - Professoras Pesquisadas
Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Dentre as respostas obtidas nesta questão, destaca-se um aspecto apontado pelas professoras em relação à parceria com outros profissionais, ou seja, o encaminhamento aos serviços especializados. Também foi citada a agilidade no atendimento aos alunos da escola, como refere a professora C: “Antes a burocracia era maior em torno destes encaminhamentos.”

2. Qual a influência exercida pelo programa nas relações em sala de aula (aluno atendido x demais alunos, aluno atendido x professores)?

Professora	Respostas
A	Não foi notada influência expressiva, as multi expressões, comportamentos fazem parte do contexto escolar num plano de interação que não se destaca por um aluno atendido ou não atendido pelo programa
B	Os professores foram cobrados em relação ao atendimento deste. Tive que me dividir entre vários que precisavam de atenção diferenciada
C	Tendo suas necessidades e dificuldades tratadas de uma forma particular e especializada, o aluno se torna mais confiante, refletindo esta confiança em suas relações interpessoais
D	Na minha turma, com meus alunos o programa se desenvolveu de maneira tranquila, os alunos mostravam prazer em estar na escola respeitavam as diferenças de cada um. Foi um ano em que aprendemos mutuamente, o ambiente foi de solidariedade e compromisso
E	O rendimento em sala melhorou muito
F	A diferença no comportamento em sala de aula é bastante evidente de um modo geral
G	Houve um olhar diferenciado perante os alunos do pacto
H	Melhorou a relação entre alunos e também com os professores
I	Com certeza os alunos atendidos apresentaram melhora na postura, na autoestima e na convivência. Mas ainda falta as famílias se responsabilizarem mais
J	Não notamos uma influência expressiva, pois tais comportamentos já fazem parte do nosso contexto escolar, sendo o aluno atendido ou não pelo programa

Quadro 9: Respostas da questão 2 - Professoras Pesquisadas
Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Nesta questão, foi apontado pelo grupo pesquisado que a influência do programa deu-se em relação às necessidades e dificuldades dos alunos, que foram tratadas de forma particular e especializada. A professora D salientou que “o programa se desenvolveu de maneira tranquila”, reiterando sua colocação ao citar que “Foi um ano em que aprendemos mutuamente, o ambiente foi de solidariedade e compromisso”. De acordo com a professora F, houve uma diferença no comportamento de forma geral e a professora G colocou que percebeu um olhar diferenciado perante os alunos atendidos pelo Pacto. Já a professora I trouxe sua preocupação com relação ao envolvimento das famílias ao afirmar: “Com certeza os

alunos atendidos apresentaram melhora na postura, na autoestima e na convivência. Mas ainda falta as famílias se responsabilizarem mais.”

3. Quantos alunos participam do Pacto pela Aprendizagem na sua turma? E quantos alcançaram os objetivos propostos no trabalho?

Professora	Respostas
A	Sete alunos. Respeitando e compreendendo tempos e espaços (produção de sentido na relação de si para si e para com o outro), todos os alunos demonstraram avanços na proposta apresentada
B	Tive um que é multirrepetente na turma da tarde. Na turma da manhã, 5 casos diagnosticados, mas só 1 atendido pelo pacto
C	Do total de alunos, 4 participam do pacto e todos alcançaram os objetivos propostos para este ano
D	Na minha turma tinham 3 alunos e eles atingiram os objetivos propostos no trabalho
E	Dos 190 alunos que atendo, 32 não atingiram aprovação. No ano de 2010, foram 56 reprovações
F	No ano passado (2010), foram 56 reprovados, neste ano, (2011) foram 32. Nota-se diminuição de reprovados depois da implantação do projeto, dentre outras coisas
G	Participam do pacto 8 alunos, sendo que 7 alunos aprovaram
H	Observei que muitos alunos atendidos melhoraram no relacionamento com os colegas e na aprendizagem por terem um atendimento diferenciado
I	32 alunos (7 turmas)
J	Não respondeu

Quadro 10: Respostas da questão 3 - Professoras Pesquisadas
Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Todos os professores que responderam a esta questão colocaram que tinham alunos participantes do Pacto pela Aprendizagem em suas turmas. Segundo a percepção da professora A, “todos os alunos demonstraram avanços na proposta apresentada”. A professora F destacou que, em 2010, foram 56 reprovados e, em 2011, 32, o que demonstra uma diminuição no número de reprovados após a implantação do programa. A professora H colocou que observou uma melhora no relacionamento destes alunos com os colegas e também na aprendizagem, por eles terem um atendimento diferenciado.

4. O trabalho desenvolvido durante o ano foi realizado de forma integrada entre os professores envolvidos?

Professora	Respostas
A	Não
B	Além dos encaminhamentos da orientadora e do laboratório de aprendizagem, em sala de aula trabalhei sozinha. Foi angustiante saber que seria cobrada por um resultado, pois em alguns casos não se encontra resposta de como ajudar, foge do alcance
C	Com certeza. Frequentemente, caso por caso era analisado pela equipe diretiva e pelos professores, analisando diagnósticos e progressos dos alunos. Quando necessário, eram realizadas reuniões com especialistas que tratavam os alunos, embora difíceis de serem realizadas em função dos horários dos mesmos
D	Sim, houve uma preocupação dos professores envolvidos, na troca de experiências e ideias para melhor atender os alunos envolvidos
E	Não respondeu
F	Durante o ano, nas reuniões pedagógicas, mas foi passado o rendimento dos alunos no projeto, assim como nos conselhos de classe
G	Não tenho um conhecimento fidedigno para responder estas questões
H	Em termos sim. Quando tínhamos reunião, combinávamos como proceder e depois cada um aplicava sua matéria
I	Não, acho que algumas tentativas foram feitas, mas no meu caso não. Tentei, mas o trabalho integrado com a área não pode partir somente de um ou outro professor
J	Não

Quadro 11: Respostas da questão 4 - Professoras Pesquisadas
Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Como pode ser observado no quadro 11, algumas professoras não se sentiram em condições de responder a essa questão. No entanto, observa-se que das 10 professoras, 4 consideram que o trabalho desenvolvido não foi realizado de forma integrada e 3 professoras consideram que sim, que o trabalho foi integrado. Dentre as que consideram que não, destaca-se que foram feitos os encaminhamentos pela orientadora, mas o trabalho dentro de sala de aula foi conduzido sem auxílio. A professora B citou: “Além dos encaminhamentos da orientadora e do laboratório de aprendizagem, em sala de aula trabalhei sozinha. Foi angustiante saber que seria cobrada por um resultado, pois em alguns casos não se encontra resposta de como ajudar, foge do alcance”.

Já o grupo que considera que foi realizado um trabalho integrado colocou que existiam reuniões para estabelecer os procedimentos e também houve uma preocupação por parte dos professores em trocar experiências e ideias no sentido de melhor atender aos alunos, conforme afirmou a Professora C: "Com certeza. Frequentemente, caso por caso era analisado pela equipe diretiva e pelos professores, analisando diagnósticos e progressos dos alunos. Quando necessário, eram realizadas reuniões com especialistas que tratavam os alunos, embora difíceis de serem realizadas em função dos horários dos mesmos".

5. Quais os ganhos percebidos nos alunos com a implementação do Pacto?

Professora	Respostas
A	Um atendimento mais integrado de diversos profissionais. Contudo, não aconteceu um diálogo efetivo entre estes profissionais
B	Para os que deram seguimento ao atendimento conseguido com profissionais, se percebe evoluções
C	O maior ganho foi para a autoestima do aluno que se percebe capaz, após receber um tratamento individualizado e capacitado. Sentindo-se assim, a criança atinge os objetivos propostos
D	Uma maior participação da família no processo ensino-aprendizagem, atendimento de especialistas da área da saúde, uma maior confiança por parte dos alunos.
E	O atendimento nos órgãos públicos de saúde e proteção ao menor foram utilizados com maior frequência
F	Mais concentração em aula
G	Sem conhecimento para responder essa pergunta.
H	Autoconfiança, segurança, se sentiram lembrados e valorizados, pois foi feito todo um trabalho para que eles conseguissem suprir suas dificuldades
I	Muitos, pois os alunos atendidos estão sendo ouvidos, acompanhados em suas necessidades
J	Um maior atendimento integrado de diversos profissionais, mas acredito ser necessário um diálogo mais efetivo entre esses profissionais

Quadro 12: Respostas da questão 5 – Professoras Pesquisadas

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Em relação aos ganhos, pode ser observado, através do quadro 12, que estão relacionados a um atendimento mais integrado de diversos profissionais, embora as professoras A e J considerem que não tenha ocorrido um diálogo efetivo entre os mesmos e os professores. De uma forma geral, apontaram uma maior

participação das famílias e ganhos em autoestima e autoconfiança do aluno em relação a sua aprendizagem. Conforme citou a professora H: “Autoconfiança, segurança, se sentiram lembrados e valorizados, pois foi feito todo um trabalho para que eles conseguissem suprir suas dificuldades”.

6. Qual a sua percepção sobre o método de avaliação e acompanhamento do aluno inserido no programa?

Professora	Respostas
A	Entendendo a unicidade dos sujeitos que compõe a sala de aula, o método de avaliação e acompanhamento não se difere dos demais alunos. Esses processos acontecem abordando uma diversidade de modos interativos com o trabalho proposto desde a leitura de uma imagem a uma produção textual mais sistematizada
B	Tenho meu olhar pela formação de psicopedagoga, o que me faz entender as necessidades do aluno e levar em consideração seu crescimento
C	A avaliação de um aluno inserido no programa deve ser individualizada e constante, percebendo os avanços alcançados pelo aluno antes e durante o tratamento. Os objetivos esperados devem ser particularizados, sendo o aluno observado com olhar diferenciado pelo professor
D	O aluno deve ser incentivado a desenvolver todas as suas potencialidades, mas não podemos esquecer das suas limitações. Procuro dar atividades diferenciadas de acordo com as necessidades apresentadas
E	É um método que apresenta a possibilidade de um olhar diferenciado sobre cada indivíduo
F	É um olhar diferenciado sobre o aluno
G	Não tenho um conhecimento fidedigno para responder estas questões
H	Teve um olhar diferenciado, pois foi visto as reais dificuldades e o que o aluno atingiu, a evolução individual deste aluno observando sua trajetória
I	Procurei estar informada de cada caso para poder diagnosticar e acompanhar o aprendizado dos mesmos, mas são muitos (32) e muitos casos são bem graves
J	Não Respondeu

Quadro 13: Respostas da questão 6 - Professoras Pesquisadas
Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Nesta questão sobre a avaliação dos alunos, observam-se alguns pontos em comum. Os professores destacaram como um “olhar diferenciado” no aluno ao se efetuar a avaliação, ou seja, levar em conta as suas necessidades e o seu crescimento, tendo objetivos particularizados para cada aluno, observando, no

processo de desenvolvimento, a evolução individual. A professora C salientou: “A avaliação de um aluno inserido no programa deve ser individualizada e constante, percebendo os avanços alcançados pelo aluno antes e durante o tratamento. Os objetivos esperados devem ser particularizados, sendo o aluno observado com olhar diferenciado pelo professor”.

7. Na sua opinião, quais os aspectos positivos e quais os aspectos que precisam ser aprimorados na implementação do Pacto pela Aprendizagem?

Professora	Respostas Aspectos Positivos
A	Atender a diversidade de modo interativo
B	Parcerias realizadas com a Feevale e demais locais de atendimento
C	A possibilidade real de encaminhamento dos alunos com necessidades especiais para profissionais especializados com menos burocracia e demora no atendimento; Avanço e o crescimento alcançado por estes alunos
D	Valorização do aluno como um todo, dando maior oportunidade de participarem em atividades diferentes no contra turno escolar
E	Aproximação dos alunos do corpo docente
F	Maior atenção aos alunos com dificuldades
G	Toda iniciativa para otimizar a aprendizagem é válida
H	Atendimento diferenciado, saber a origem do problema e tratá-lo, facilita bem mais;
I	Não respondeu
J	Maior número de vagas para atendimento; O que teve de positivo foi devido a competência e persistência e acompanhamento direto da orientadora e coordenadora educacionais

Quadro 14: Respostas da questão 7 (Aspectos Positivos) - Professoras Pesquisadas
Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Os aspectos positivos são o atendimento aos diferentes casos, as parcerias realizadas com a Feevale e outras secretarias, tendo a possibilidade de encaminhar os alunos com necessidades especiais às especialistas de forma mais ágil e menos burocrática. Também foram citados: as atividades realizadas no contraturno escolar, dando mais oportunidades aos alunos, maior atenção às dificuldades e maior aproximação ao corpo docente da escola.

Quanto ao que precisa ser aprimorado, destaca-se um maior diálogo entre as secretarias envolvidas. Mais acesso aos espaços fora da escola e também um auxílio maior em sala de aula para os alunos com necessidades especiais. Também

foi destacado pela professora I que o Programa deveria focar as famílias, pois o aluno acaba saindo da escola e não há continuidade deste trabalho. No quadro 15, a seguir, estas respostas podem ser observadas na íntegra.

Professora	Respostas Aspectos a serem aprimorados
A	Diálogo entre as secretarias ajudaria no atendimento mais efetivo; mais acesso a espaços além da escola (teatro, cinema, museu) com transporte e de modo integrado
B	Mais auxílio em sala, com auxiliares que possam ajudar a professora titular; Acompanhamento da SMED – conhecendo os alunos e sua família para que estes de fato, se comprometam em levar a sério os atendimentos
C	Retorno que estes profissionais possam dar a respeito dos alunos atendidos, salientando aspectos que possam auxiliar no ensino e aprendizagem em sala de aula
D	Maior investimento na preparação dos professores para realizarem um melhor trabalho com estes alunos
E	Falta de serviço específico de atendimento aos alunos
F	Não respondeu
G	Número de alunos por sala, estrutura física das salas, curso de atualização para todos os professores, professor auxiliar (AFA)
H	Todas as escolas deveriam ter uma psicóloga ou psicopedagoga para detectar os problemas dos alunos para encaminhá-los e assim serem trabalhados em suas dificuldades; Como existia antigamente nas escolas estaduais o SOE, que conversava com os alunos, pais e daí encaminhavam. Hoje a demanda é muito grande, só a equipe diretiva não dá conta, muito menos os professores
I	Deve haver investimento em apoio de pessoal que acompanhe mais de perto os casos mais complexos; Mais recursos, pois a equipe diretiva se desdobra para atender a demanda de alunos com dificuldades, problemas de comportamento e aprendizagem; O Programa deve focar nas famílias, pois voltam para suas casas e nem sempre ficam na escola, indo para outras.
J	Oportunidade aos alunos, não só do pacto, de participar de espaços culturais como teatro, cinema, museus, pois o conhecimento não se restringe a apenas espaços escolares

Quadro 15: Respostas da questão 7 (precisa aprimorar) - Professoras Pesquisadas
Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

No terceiro momento da pesquisa, efetuaram-se as entrevistas com as mães. Foram 5 entrevistas que ocorreram no mês de fevereiro de 2012, nas dependências da escola. A fim de facilitar as análises, as respostas também estão dispostas em

quadros, como pode ser observado a seguir. As mães estão identificadas pelos números que vão do 1 ao 5.

Os filhos estudam nas respectivas séries:

Mãe 1 – aluno 3º ano (9 anos)

Mãe 2 – aluno 6º ano (9 anos)

Mãe 3 – aluno 7º ano (9 anos)

Mãe 4 – aluno 7º ano (9 anos)

Mãe 5 – aluno 6º ano (9 anos)

1. Seu (sua) filho (a) tem dificuldades de aprendizagem?

Mães	Respostas
Mãe 1	Teve dificuldade para aprender a ler no 2º ano, mas na metade do ano melhorou com a ajuda da professora
Mãe 2	Não
Mãe 3	Apenas no 2º ano era muito nervosa e reprovou, depois conseguiu superar com ajuda das professoras. Não precisou remédios e não reprovou mais
Mãe 4	Nunca rodou, mas precisou de reforço em matemática ano passado
Mãe 5	Sim. Ela tem epilepsia, que gerou defasagem na idade cronológica (ela tem 14 anos, mas a idade mental é de 12 anos)

Quadro 16: Respostas da questão1 – Pais dos alunos

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

A maior parte destes alunos hoje se encontra entre o 6º e 7º ano. No entanto, algumas mães colocaram que seus filhos tiveram dificuldades no 2º ano (época em que ainda não existia o Pacto). Conforme relata a mãe número 5, sua filha possui necessidades educacionais especiais: “Sim. Ela tem epilepsia, que gerou defasagem na idade cronológica (ela tem 14 anos, mas a idade mental é de 12”.

**2. O (a) Sr (a) já ouviu falar ou conhece o programa Pacto pela Aprendizagem?
Caso positivo, sabe se o (a) seu (sua) filho (a) participa do mesmo?**

Pais	Respostas
Mãe 1	Não ouvi
Mãe 2	Não ouvi
Mãe 3	Ouvi falar de psicólogas que auxiliam os alunos. Não, porque no ano que ela teve dificuldade não tinha depois não precisou.
Mãe 4	Ouvi falar do “mais educação” mas não do Pacto
Mãe 5	Pelo que sei, sim, pelo caso dela. A SMED veio conversar comigo e com a equipe diretiva

Quadro 17: Respostas da questão 2 – Pais dos alunos
Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Pode-se observar que, de uma forma geral, as mães cujos filhos não são alvo do programa não possuem conhecimento do Pacto pela Aprendizagem. Sabem que existe algo em termos de atendimento especializado, mas não sabem definir o que exatamente é. Diferentemente da mãe 5, que conhece o programa, devido ao encaminhamento dado ao caso específico da sua filha.

3. Seu (sua) filho (a) participou de alguma atividade ou atendimento diferenciado no último ano letivo (2011), com relação ao ano anterior (2010)?

Pais	Respostas
Mãe 1	Durante a aula teve xadrez
Mãe 2	Ano passado iniciou alguns projetos novos, mas já tinha alguns antes. Ela participou do xadrez
Mãe 3	A escola tem 2º tempo e o ‘mais educação’ mas ela não participou, pois ficava difícil para ela vir, eu não podia trazer
Mãe 4	Sim, ele participou do 2º tempo (xadrez, praça, vôlei) que é das 18h às 20hs. Eles ganham lanche e ajudam nos temas
Mãe 5	Em 2010 havia reforço escolar, mas em 2011, passou a ter a sala de recursos (multifuncional, que antes, era em outra escola. Encaminhamento da Feevale para psicóloga, mas não conseguimos vaga, ainda não chamaram. Se chamarem não tenho quem leve, pois trabalho. Ficaria melhor se encaminhassem para o NAP, pois moro perto

Quadro 18: Respostas da questão3 – Pais dos alunos
Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Os alunos participaram de atividades de reforço, atividades na sala multifuncional, atividade de xadrez, entre outras. Nesta questão, o que se pode

perceber é que, de uma forma geral, todos os alunos tiveram acesso às atividades. Os alunos que não eram afetos ao programa podiam participar; porém, os alunos do Pacto foram priorizados. A mãe 5, única das entrevistadas a precisar dos encaminhamentos do Pacto, salientou que ainda não conseguiu ser atendida pela psicóloga da Universidade parceira do programa. Consta-se, dessa forma, que a efetividade do mesmo depende também da disponibilidade de atendimento das parcerias firmadas.

4. O (a) Sr. (a) notou alguma diferença na aprendizagem do seu (sua) filho (a) em 2011?

Pais	Respostas
Mãe 1	Em 2011 melhorou muito com a ajuda das professoras, da escola, e na família procurei ajudar mais fiquei mais tempo com ela
Mãe 2	Ela sempre foi bem na escola
Mãe 3	Notei que ela melhorou na escola, as notas melhoraram muito
Mãe 4	A falta de professores prejudicou um pouco até em matemática, mas no mais foi bem
Mãe 5	Sim. Ela amadureceu mais, os professores incentivaram muito ela no ano passado. Ela era repetente e no final do ano estava mais nervosa, mas conseguiu, fizemos acordo com ela, com a equipe diretiva sempre respeitando o ritmo dela

Quadro 19: Respostas da questão 4 – Pais dos alunos

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Esta questão indica uma melhora no rendimento dos alunos segundo a percepção da família, mesmo dos que não participam do programa. Consideram que seus filhos melhoraram e o fato de estarem sendo atendidos de forma mais efetiva também parece ter gerado um grau maior de comprometimento da família, como pode ser observado no relato da mãe 1: “Em 2011 melhorou muito com a ajuda das professoras, da escola, e na família procurei ajudar mais fiquei mais tempo com ela”.

5. O (a) Sr. (a) percebeu alguma diferença na escola em 2011, com relação a 2010?

Mães	Respostas
Mãe 1	Eu participava pouco em 2010, mas 2011 a escola teve a reforma da pracinha, sempre busca melhorar. A escola incentiva a participação dos pais, isso é bom
Mãe 2	Pintura nova, cada vez melhor, mais salas de aula (Mais educação). Gostaria que tivesse até o 8º ano porque poderia continuar na escola
Mãe 3	Todo ano melhora, arrumaram o pátio, plantaram flores, novos equipamentos, é muito bom aqui
Mãe 4	Faltou professores em 2011 na turma dele. A escola está cada vez mais organizada, a direção é muito dedicada. Seria muito bom que tivesse continuidade até o 9º ano. Gostei que estão implantando refeitório com almoço nas escolas do município, logo deve chegar aqui, muitas crianças dependem da refeição na escola. Aqui tem lanche
Mãe 5	O 'mais educação' ganhou salas próprias. Colocaram bebedores com água gelada, cuidados com a parte elétrica. Sala multifuncional. Tenho preocupação é que outras escolas não têm o mesmo olhar (só tem mais dois anos aqui). A escola preocupa-se com o crescimento, o desenvolvimento dela. A preocupação da equipe diretiva com todos, inclusive com pessoas, cidadãos no desenvolvimento completo dos alunos e com a comunidade é o que faz a diferença aqui

Quadro 20: Respostas da questão 5 – Pais dos alunos

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Como pode ser observado nas respostas, as mães perceberam muitas melhorias na escola de um ano para outro. A escola fez reforma na pracinha, pintura nas salas de aula, instalou bebedores novos com água gelada e adquiriu novos equipamentos. Percebe-se que estas mudanças são evidentes para as famílias. Outros aspectos relacionados a atendimentos diferenciados, reforço, sala multifuncional não são tão percebidos pelas famílias dos alunos, provavelmente pelo fato de que 80% das mães entrevistadas não participam do programa. A mãe cuja filha é atendida pelo Pacto ressalta também o diferencial da escola: “O 'mais educação' ganhou salas próprias. Colocaram bebedores com água gelada, cuidados com a parte elétrica. Sala multifuncional. Tenho preocupação é que outras escolas não têm o mesmo olhar (só tem mais dois anos aqui). A escola preocupa-se com o crescimento, o desenvolvimento dela. A preocupação da equipe diretiva com todos, inclusive com pessoas, cidadãos no desenvolvimento completo dos alunos e com a comunidade é o que faz a diferença aqui”.

No quarto momento, foram realizadas as entrevistas com 7 alunos, dos quais 4 foram atendidos pelo Pacto pela Aprendizagem em 2011. Todos pertencentes em 2012 ao 7º ano.

1. Você passou de ano em 2010? E em 2011?

Alunos	Respostas
Aluno (a) 1	Sim, sempre passei
Aluno (a) 2	Em 2010, não. Em 2011, sim
Aluno (a) 3	Sim nos dois anos
Aluno (a) 4	Sim, passei nos dois anos
Aluno (a) 5	Em 2010, não. Em 2011, sim
Aluno (a) 6	Em 2010, não. Em 2011 sim
Aluno (a) 7	Em 2010, não. Em 2011, sim

Quadro 21: Respostas da questão 1 – Alunos
Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Pelas respostas dos alunos, observa-se que todos que tiveram dificuldades na escola no ano de 2010, conseguiram passar em 2011, quando já estavam participando das atividades do Pacto. Dos 7 alunos entrevistados, 4 participaram do programa em 2011.

2. No ano de 2011, você acha que melhorou na escola? Caso positivo, em que melhorou?

Alunos	Respostas
Aluno (a) 1	Sim, comecei a tirar notas melhores e me esforçar mais, participar mais. Minha família incentivou
Aluno (a) 2	Sim, eu melhorei bastante, principalmente em geografia, ciências, matemática, português e história. Os professores ajudaram bastante porque mudava cada um por matéria
Aluno (a) 3	Sim, aprendi mais coisas, evolui tanto pessoalmente como na escola. Melhorei em português, a professora contribuiu
Aluno (a) 4	Em 2010 fui melhor do que em 2011. Preciso prestar mais atenção por serem muitos professores fico confusa
Aluno (a) 5	Sim, bastante. Melhorei em geografia, português. Eu quis me empenhar porque meu pai sempre quis que eu passasse. Meus pais me ajudaram e os professores me deram atenção em 2011
Aluno (a) 6	Sim, melhorei nas matérias, no comportamento porque eu tive muita ajuda dos pais e professores e eu me esforcei também
Aluno (a) 7	Sim, melhorei em todos os sentidos. Me destaquei em português, estudei mais. Os professores deram mais atenção para nós

Quadro 22: Respostas da questão 2 – Alunos
Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

No geral, os alunos acham que melhoraram na escola, identificando as disciplinas em que sentiram esta melhora, como português, matemática, geografia, ciências e história.

O aluno 6 relata que teve ajuda dos professores e que também se esforçou mais, indicativo de que, pelo fato de receber mais atenção, tenha ficado mais motivado a melhorar seu desempenho. Isto é percebido em mais de uma resposta dos alunos, que se sentem valorizados ao receber mais atenção dos professores, aspecto este que colabora muito na aprendizagem e no rendimento escolar. Conforme citou o aluno 7: “Sim, melhorei em todos os sentidos. Me destaquei em português, estudei mais. Os professores deram mais atenção para nós”.

3. Você fez alguma atividade extra (além da sala de aula) em 2011? Caso positivo, qual ou quais?

Alunos	Respostas
Aluno (a) 1	Sim. Por um tempo fui repórter mirim
Aluno (a) 2	Sim. Repórter mirim, não consegui entrar no esporte (não tinha vaga) fiz xadrez por um tempo
Aluno (a) 3	Sim. Xadrez e fui monitora de esportes
Aluno (a) 4	Não. Apenas fui líder de turma
Aluno (a) 5	Não
Aluno (a) 6	Sim. Repórter mirim
Aluno (a) 7	Sim. Coral

Quadro 23: Respostas da questão 3 – Alunos

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Ao responderem esta pergunta, os alunos colocaram as atividades como repórter mirim, xadrez, coral e monitoria, atividades estas oferecidas nas escolas da rede municipal de ensino. Percebe-se que todos os alunos têm acesso às mesmas atividades; porém, os alunos atendidos pelo Pacto são priorizados, pois as atividades possuem vagas limitadas.

4. Você percebeu alguma diferença na escola em 2011, com relação ao ano anterior?

Nesta questão, pode-se observar que todos os alunos pesquisados perceberam alguma mudança na escola e isso de forma positiva, segundo relatado: o toldo novo, pintura nas salas, bancos no pátio, computadores de tela fina, sala de vídeo. O aluno 4 associou as mudanças à direção da escola: “Desde que trocou a direção muitas coisas melhoraram. Mais convívio com os alunos, o pátio melhorou, pintura nas salas”. Além desta percepção das melhorias de estrutura física, o aluno 7 colocou que “não tem mais bagunça”, indicando uma melhora em termos de comportamento dos alunos.

Alunos	Respostas
Aluno (a) 1	O toldo novo. Computadores com tela fina, pracinha nova, pintura nas salas de aula
Aluno (a) 2	Sim. A quadra não tinha, a sala do xadrez não tinha, sala de vídeo, grades, muros, pinturas, tudo melhorou. Canteiros novos, arrumaram a pracinha
Aluno (a) 3	Sim, o toldo, as salas pintadas, a quadra, colocaram bancos no pátio
Aluno (a) 4	Desde que trocou a direção muitas coisas melhoraram. Mais convívio com os alunos, o pátio melhorou, pintura nas salas
Aluno (a) 5	Sim. A sala de vídeo, brinquedos novos, mesa de jogos
Aluno (a) 6	Sim, percebi novas coisas, o toldo, a sala de vídeo, pintura da pracinha e terminaram um prédio que não sei o que vai ser
Aluno (a) 7	Sim, mudou bastante, não tem mais bagunça que tinha, (alunos briguentos) tudo melhorou. As salas pintadas, bons ventiladores, pátio arrumado

Quadro 24: Respostas da questão 4 – Alunos

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

5. E na sala de aula com seus colegas, você acha que mudou alguma coisa em 2011?

Alunos	Respostas
Aluno (a) 1	No início os colegas que haviam reprovado perturbavam a turma, mas daí a orientadora conversou com todos e melhorou
Aluno (a) 2	2011 não, mas agora sim. Eu mudei de turma, mas foi bom porque eu conheci mais pessoas. Eu não queria sair daqui, mas vou ter que sair porque não tem 8º e 9º ano
Aluno (a) 3	Conheci colegas novos porque mudei de sala. Foi bom o desempenho da turma
Aluno (a) 4	A turma era muito agitada, principalmente no primeiro trimestre, isso prejudicou um pouco o desempenho de toda a turma. Gosto da escola, não quis mudar, mas acho que ano que vem precisarei
Aluno (a) 5	Não percebi. Gosto da escola. O ruim é que ano que vem vou ter que sair
Aluno (a) 6	Sim. Eu passei a falar menos e brincar menos. Isso melhorou a aula e meu rendimento escolar. Ano passado a turma era agitada, os colegas foram mudados de turma daí melhorou
Aluno (a) 7	Não percebi

Quadro 25: Respostas da questão 5 – Alunos

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Os alunos apontaram as mudanças de turma e de colegas como algo positivo que refletiu no rendimento escolar. Os alunos gostam da escola e não querem sair dela, como se pode constatar nos depoimentos dos alunos 2 e 5.

6.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS DA PESQUISA

Este tópico apresenta as análises das entrevistas realizadas sob a luz do referencial teórico e, dessa forma, busca tecer as relações percebidas entre as informações levantadas nas entrevistas e os referenciais que embasam o trabalho.

A pesquisa realizada com os distintos grupos (equipe diretiva, professores, pais e alunos) permite analisar as diferentes visões sobre o mesmo ponto, ou seja, a implementação do Pacto pela Aprendizagem na escola estudada. Através das diferentes respostas, é possível observar as mudanças ocorridas, assim como os aspectos positivos e aprimoramentos necessários à continuidade do programa.

Em relação às principais mudanças ocorridas na escola com a implementação do Pacto pela Aprendizagem, através da análise das respostas da equipe diretiva e das professoras, nota-se que a primeira possui uma visão mais macro, percebendo as mudanças no que se refere à gestão da educação como um todo, incluindo melhorias em infraestrutura e participação da comunidade. Já as professoras tiveram um olhar mais voltado à sua sala de aula, destacando como mudanças percebidas a agilidade no atendimento das áreas especializadas aos alunos, o atendimento aos alunos com necessidades especiais, a melhoria no diálogo entre professores e alunos e o apoio tanto da SMED como da coordenação e orientação educacional da escola.

Buscando no referencial teórico, embasa-se em Lima *et al.* (2009) que consideram que as políticas públicas articuladas têm um caráter transformador, devendo acontecer de forma integrada e intersetorial que superem o consumismo e a exclusão. Os autores citam que é preciso reconhecer as necessidades das pessoas e grupos que integram uma determinada sociedade, assim como a maneira de considerá-las, de resolvê-las e de transformá-las. No entanto, isso em muitas situações é algo mais complicado de se alcançar, ou seja, leva um tempo e no processo de implementação os ajustes vão sendo realizados de acordo com a gestão educacional vigente na escola.

Isto fica evidente quando se constata, pela pesquisa, que as políticas educacionais propostas no município são mais percebidas pela equipe diretiva do que pelo grupo de professores, que enxerga a sua realidade mais próxima, ou seja,

o ambiente de sala de aula e os obstáculos que enfrentam com os alunos que possuem dificuldades de aprendizagem.

Observa-se isso claramente nas respostas dos professores na questão 2 (Quadro 9), em que colocam a influência exercida pelo programa nas relações em sala de aula, sendo que, segundo alguns professores, a partir do momento em que foram atendidos de forma mais individualizada, os alunos melhoraram sua autoestima, sua confiança, refletindo nas suas relações interpessoais. Uma professora comentou que houve um “olhar diferenciado” para com os alunos do Pacto. Isto aparece também na fala de outra Professora:

Na minha turma, com meus alunos o programa se desenvolveu de maneira tranquila, os alunos mostravam prazer em estar na escola respeitavam as diferenças de cada um. Foi um ano em que aprendemos mutuamente, o ambiente foi de solidariedade e compromisso (PROFESSORA D).

Constata-se que todos os professores entrevistados tiveram em suas turmas pelo menos 1 (um) aluno integrante do Pacto pela Aprendizagem (Quadro 10). Uma das professoras ao se referir ao pacto relatou: “observei que muitos alunos atendidos melhoraram no relacionamento com os colegas e na aprendizagem por terem um atendimento diferenciado” (PROFESSORA H).

No entanto, conforme respostas apresentadas no quadro 11, tais professores apontaram que o trabalho não aconteceu de forma integrada como eles gostariam, pois dentro da sala de aula sentiram-se sozinhos para realizar o trabalho, sem auxílio para o atendimento dos alunos com necessidades especiais, embora as reuniões realizadas periodicamente com a equipe ajudassem nas decisões gerais para procedimentos e encaminhamentos dos alunos. Uma das professoras entrevistadas acrescentou em sua resposta: “foi angustiante saber que seria cobrada por um resultado, pois em alguns casos não se encontra resposta de como ajudar, foge do alcance” (PROFESSORA B).

Buscando-se um entendimento embasado no referencial teórico, ampara-se em Souza (2006) ao citar que as políticas públicas são ações intencionais e por isso possuem objetivos a serem alcançados, que em seu processo envolve além da elaboração, implementação, execução e avaliação. No entanto, as fases subseqüentes a sua implantação muitas vezes são mais complicadas, pois sofrem a influência do meio, das pessoas envolvidas e outros fatores que determinam seu

sucesso ou seu fracasso. A fala das professoras traz um pouco disso, pois na prática nem sempre é possível desenvolver o trabalho conforme estabelecido inicialmente no programa elaborado a partir de uma política pública.

Na questão referente aos ganhos percebidos, tanto a equipe diretiva quanto os professores (Quadro 12) observaram que a melhora na autoestima dos alunos foi certamente o ganho mais evidente. Resultado este obtido através da maior atenção por parte dos professores, da melhoria na infraestrutura da escola, do encaminhamento para atendimentos especializados e da priorização nas atividades extraclasse, reforçando sua aprendizagem e desenvolvimento cognitivo. Em outras palavras, os alunos atendidos foram acompanhados em suas necessidades. Outro ganho apontado refere-se a uma maior participação das famílias, o que certamente contribuiu muito nos resultados finais em 2011. Isto pode ser observado ao comparar a participação dos pais na reunião de final de ano em relação à reunião realizada no começo de 2011 (Quadro 06).

Quando perguntada sobre o método de avaliação e acompanhamento do aluno inserido no programa, a equipe diretiva citou que percebeu os professores mais interessados nas questões sociais que refletem diretamente na sala de aula, procurando dialogar, trocar experiências e encontrar novas formas de ensinar os alunos dentro das suas necessidades e diversidades. Isto aparece claramente na resposta dos professores (Quadro 13), que colocaram sobre a importância de ter um olhar diferenciado com os alunos do Pacto, incentivando o desenvolvimento de todas as suas potencialidades, buscando conhecer suas reais necessidades. Também o fato de ter outros profissionais especializados envolvidos no atendimento destes alunos funcionou como um apoio para o professor que, de certa forma, sentiu-se amparado por um diagnóstico mais completo sobre seu aluno. Nesse sentido, a implantação do Pacto pela Aprendizagem trouxe benefícios ao professor em sala de aula. A professora aponta que “a avaliação de um aluno inserido no programa deve ser individualizada e constante, percebendo os avanços alcançados pelo aluno antes e durante o tratamento”. E ainda acrescenta: “os objetivos esperados devem ser particularizados, sendo o aluno observado com olhar diferenciado pelo professor” (PROFESSORA C).

Os alunos passaram a ser vistos na sua individualidade, sendo avaliados de acordo com seu ritmo de aprendizagem e com suas potencialidades. Levaram-se em

consideração as dificuldades e as diferenças individuais, a fim de promover um ambiente propício ao aprendizado e desenvolvimento de todos.

Assim, cabe trazer a fala de Weber (2003), que indica uma mudança gradativa da concepção de escola como instância de formação e de exercício de cidadania e ao esboço de crítica à visão da escolaridade como mecanismo de conservação do poder ou canal de ascensão social. Weber (2003) coloca que a escola, mesmo sendo percebida como aparelho ideológico do Estado e confirmadora da desigualdade social, passa a ser vista como espaço que propicia acesso ao conhecimento, à tecnologia, aos bens culturais, assim como de socialização das novas gerações.

Questionou-se a respeito dos aspectos positivos e dos aspectos que precisam ser aprimorados no Pacto (Quadro 14 e 15). Os aspectos positivos apontados pela equipe diretiva foram o total apoio da pessoa responsável pelo programa e também das assessoras das áreas psicossocial e inclusão dentro da Secretaria de Educação. Os professores, por sua vez, citaram que as parcerias e o atendimento com profissionais especializados podem ser considerados positivos, o que confirma o exposto no parágrafo anterior na questão sobre avaliação. Colocaram que, por essa razão, também tiveram um olhar mais atento a estes alunos, pois passaram a ter mais conhecimento sobre o real problema, identificando sua origem. Isto faz com que o professor compreenda melhor seu aluno e respeite seu ritmo e suas diferenças.

No entanto, os professores também salientaram algumas questões que precisam ser aprimoradas. O Pacto é considerado positivo, mas entendem que não houve um diálogo efetivo entre os profissionais envolvidos, nem entre as secretarias envolvidas. Consideram que os professores deveriam ter ajuda dentro da sala de aula para atender melhor os alunos, com professoras auxiliares para apoio aos casos mais complexos.

Outro aspecto apontado pelos professores é em relação à necessidade de um trabalho mais efetivo junto às famílias. Segundo relataram, o incentivo à participação das famílias é fundamental, pois a criança só está na escola parte do seu dia e, em muitos casos, acaba saindo da escola, perdendo-se a continuidade do trabalho realizado.

Para os professores, a aprendizagem vai além da sala de aula. Por isso, acreditam que as crianças deveriam ter mais atividades fora da escola, subsidiadas

pela Secretaria, como oportunidades de visitas a museus, espaços culturais, cinemas e teatros, que ampliassem e enriquecesse as experiências destes alunos, o que contribuiria muito nos processos de aprendizagem dentro da sala de aula.

A equipe diretiva também ressaltou como necessidade ter espaços físicos adequados dentro da escola, onde se possa atender permanentemente estes alunos ao longo do ano letivo, com atividades de reforço e recuperação. Ter recursos humanos suficientes para atender a demanda é outro ponto colocado pela equipe diretiva, o que também inclui auxílio às professoras em sala de aula para atendimento aos alunos com necessidades especiais (NEE).

Portanto, percebe-se que diante das colocações da equipe diretiva e dos professores, a implementação do Pacto trouxe muitos benefícios para a escola e para os professores dentro da sala de aula, com atendimento de outros profissionais especializados. Entretanto, ainda existe um caminho a ser percorrido no sentido de maior integração dos envolvidos nos atendimentos e também entre as secretarias envolvidas que, pelo que se pode sentir na pesquisa, ainda não realizam um trabalho com diálogo, ou seja, integrado de fato.

Segundo as mães entrevistadas (5 mães), as dificuldades dos filhos ocorreram mais no 2º ano, sendo que, atualmente, a maioria destes alunos estão no 6º e 7º anos. Nas respostas a respeito do conhecimento do programa, observa-se que, embora somente uma das mães entrevistadas tivesse filho encaminhado ao Pacto, todas percebem que há algo diferente na escola com relação às atividades e atendimentos oferecidos.

Quando perguntadas sobre as atividades diferenciadas no ano letivo de 2011, as mães salientaram a respeito do projeto Segundo Tempo, das atividades de xadrez e vôlei, que aconteciam após o horário da escola. Também foram citados o reforço escolar, a sala de recursos, o auxílio aos temas. Estas são atividades oferecidas pela escola a todos os alunos, sendo algumas oferecidas no contraturno escolar.

Ao serem questionadas sobre alguma diferença na aprendizagem dos filhos, as mães mencionaram que perceberam uma melhora no desempenho. Citaram a ajuda dos professores, as notas que aumentaram e, como uma das mães comentou, “ela amadureceu mais e os professores incentivaram muito ela [...]” (MÃE 5).

Observa-se, conforme as colocações das mães, que esta melhora se deu pelo trabalho de todos: escola (equipe diretiva e professores), família, que participou

mais efetivamente e os próprios alunos, que se sentiram mais valorizados e, com isso, mais motivados para aprender. As mães também perceberam as diferenças ocorridas na escola durante o ano de 2011 e apontaram, assim como os professores, as melhorias na infraestrutura, a organização da escola, a dedicação da direção. Todas as mães sentem o fato da escola não disponibilizar o ensino fundamental completo (até o 9º ano), pois demonstram gostar muito do ambiente da escola e da gestão da atual equipe diretiva.

Nas entrevistas realizadas com os alunos, ficou evidente que tiveram maior dificuldade em 2010. Dos 7 entrevistados, 4 reprovaram naquele ano (2010). Em 2011, todos os 7 alunos passaram de ano e perceberam sua própria evolução (Quadro 21).

Quando perguntados sobre o que melhorou, os alunos afirmaram que tiveram mais atenção dos professores e, por consequência, se esforçaram mais também em todas as disciplinas. Apontaram a dificuldade que sentem pela quantidade de conteúdos e professores. Outro aspecto comentado pelos alunos é que receberam também maior atenção dos pais, o que incentivou ainda mais a melhora do processo de aprendizagem. Isso demonstra a importância do envolvimento das famílias no processo educativo. Isto aparece claramente na fala do aluno(a) 5: “sim, bastante. Melhorei em geografia, português. Eu quis me empenhar porque meu pai sempre quis que eu passasse. Meus pais me ajudaram e os professores me deram atenção em 2011” (ALUNO(A) 5).

No que diz respeito às diferenças percebidas na escola, os alunos citaram as melhorias na estrutura, toldo novo, novos computadores, as salas pintadas, a sala de vídeo e um ambiente mais disciplinado com “menos bagunça” (quadro 24). Perceberam as mudanças realizadas em sala de aula como positivas, houve troca de alunos nas turmas, mesclando com outros colegas e observaram que a mudança de sala foi boa, por oportunizar conhecer colegas novos.

Diante dos resultados levantados na pesquisa, através das respostas da equipe diretiva, dos professores, dos pais e dos alunos, pode-se perceber que, embora o Pacto tenha alguns pontos a serem aprimorados, o programa trouxe benefícios para os alunos, isto é, houve um ganho em termos de aprendizagem, melhora na autoestima e atendimento das necessidades dos alunos com dificuldades. As maiores dificuldades estão relacionadas à falta de integração de forma efetiva entre os professores, as secretarias envolvidas e os profissionais

especializados; à falta de auxílio em sala de aula para as turmas que possuem alunos com NEE; à falta de infraestrutura adequada para o desenvolvimento dos projetos.

De qualquer forma, os quatro grupos pesquisados percebem melhorias na escola. Os professores se engajaram mais nos atendimentos aos alunos e estes, por ganharem mais atenção, melhoraram sua autoestima e motivação. As famílias, ao serem chamadas a participar mais, sentiram-se mais comprometidas com o processo educativo, já que seu filho estava recebendo um atendimento especializado, auxiliando na aprendizagem. Percebe-se que, através do esforço coletivo gerado pela implantação do programa Pacto pela Aprendizagem, um todo foi influenciado positivamente, gerando ganhos em termos emocionais, afetivos e cognitivos aos alunos atendidos, o que influenciou diretamente o processo de aprendizagem.

Considerando a preocupação explícita do programa em oportunizar a igualdade de condições de aprendizagem a todos os alunos, percebe-se a importância das políticas sociais. Em relação ao entendimento sobre o papel das políticas sociais, destaca-se Höfling (2001), quando afirma que se referem a ações que se relacionam a proteção social elaboradas pelo Estado, em benefício da sociedade, visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico sem privilegiar interesses de grupos específicos. Para Höfling (2001), as políticas públicas devem estabelecer como prioritários programas de ação universalizantes, que possibilitem conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, no sentido de diminuir o desequilíbrio social.

Com referência ao Pacto pela Aprendizagem, cabe destacar algumas metas estabelecidas, como a diminuição dos índices de reprovação através de uma atenção especial aos alunos com dificuldades de aprendizagem, buscando garantir a qualidade social do processo de ensino e de aprendizagem para toda a Rede Municipal de Ensino. Esta meta foi percebida pelos próprios alunos, mesmo sem ter conhecimento do Pacto em si. Também foi possível verificar o atingimento desta meta ao observar os índices de reprovação de 2010 e 2011. Em 2010, dos 748 alunos matriculados, 104 reprovaram. Em 2011, dos 711 alunos matriculados, apenas 54 reprovaram. Isto demonstra uma redução no índice de reprovação, que passou de 13,9% para 7,6%, ficando abaixo do índice de reprovação do município em 2010, que foi de 8,92%. Isto também pode ser observado na resposta da

professora: “no ano passado (2010), foram 56 reprovados, neste ano, (2011) foram 32. Nota-se diminuição de reprovados depois da implantação do projeto, dentre outras coisas” (PROFESSORA F).

Destaca-se, também, a meta referente à participação das famílias, especialmente dos alunos reprovados em 2010, estabelecendo um pacto de corresponsabilidade das mesmas com o sucesso da aprendizagem de cada aluno(a). Este objetivo específico do programa foi colocado pelas mães e alunos entrevistados, quando afirmaram que as famílias foram incentivadas a participar, auxiliando seus filhos em uma ação conjunta com o trabalho realizado na escola.

Cabe ressaltar, ainda, a meta do Pacto referente à organização de encontros sistemáticos com professores, pais e alunos. Isto pode ser observado no Quadro 6, com os percentuais de participação das famílias nas reuniões que ocorreram no ano letivo de 2011. Os professores também indicaram que, através destas reuniões com a equipe, foi possível trocar experiências e avaliar de forma mais aprofundada cada caso, buscando as possibilidades de auxiliar melhor seus alunos com dificuldades de aprendizagem.

Portanto, embora ainda não tenha alcançado todas as metas estabelecidas em seu planejamento, através da pesquisa pode-se constatar que na EMEF Machado de Assis a implementação do Pacto pela Aprendizagem atingiu os principais objetivos: diminuir os índices de reprovação através de uma atenção especial aos alunos com dificuldades de aprendizagem, garantindo a qualidade social do processo de ensino e de aprendizagem para todos os alunos da Rede Municipal de Ensino; criar um ambiente de solidariedade e compromisso de todos com o ensino e a aprendizagem, reconhecendo as diferenças nos tempos e ritmos dos alunos, de maneira a contribuir para a superação das dificuldades de aprendizagem e o sucesso escolar de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como tema o programa Pacto pela Aprendizagem e procurou identificar e analisar os resultados obtidos com a implementação da referida política pública e sua influência em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental do município de Novo Hamburgo (RS). Buscou-se compreender como se deu a implementação do programa sob a ótica das pessoas envolvidas e beneficiadas pelo mesmo, observando as diferentes percepções em relação ao Pacto pela Aprendizagem.

A pesquisa permitiu observar algumas questões que valem ser ressaltadas e que foram percebidas na construção do estudo. No entanto, algumas dificuldades foram encontradas. O maior limitador da pesquisa foi o pouco tempo disponível para a realização da mesma, que compreendeu também o recesso escolar. Devido a este fator, não foi possível entrevistar um número maior de pais/mães e alunos da escola, como idealizado inicialmente. Também não foi possível ter um contato maior com pais/mães cujos filhos fossem atendidos pelo Pacto (das 5 mães entrevistadas, somente 1 era atendida pelo programa), o que certamente influenciou nos resultados obtidos. Ainda assim, pode-se constatar a percepção positiva que mães e alunos têm da escola.

Outra questão evidenciada refere-se ao comprometimento da equipe diretiva com o todo (escola, alunos, pais, comunidade, professores, funcionários). Em todas as visitas efetuadas, pode-se constatar o envolvimento da direção, percebido inclusive nos relatos das professoras, mães e alunos. Isso certamente influenciou nos resultados obtidos com a implementação do programa na escola. Pode-se citar, como exemplo, os investimentos realizados na infraestrutura da escola, que embora não fossem oriundos do Pacto, contribuíram para a percepção geral de melhoria.

O engajamento das professoras foi outro fator fundamental, sem o qual o programa não teria alcançado o mesmo resultado. A pesquisa evidenciou que as professoras sentiram algumas dificuldades, principalmente as que possuíam alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula. Porém também evidenciou o comprometimento destas com os alunos e com a equipe diretiva. Isto remete novamente à abordagem de Maicardes (2006), quando cita a importância do papel exercido pelos professores e demais profissionais, no processo de

interpretação e reinterpretação das políticas educacionais. O autor ainda infere que, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas.

Pessoalmente, a experiência deste estudo foi singular, pois a oportunidade de vivenciar outra realidade, muito diferente da que se está acostumado é, sem dúvida, algo que enriquece nossa bagagem. Por não fazer parte do meu cotidiano, as políticas públicas de educação me levaram a um aprofundamento teórico necessário para compreender o contexto que pretendia pesquisar. Em um segundo momento, ir a campo proporcionou enxergar o mesmo contexto de outra forma. Quando enxergada na prática, a teoria assume diferentes formas, não pensadas no momento de revisão bibliográfica. A busca pela ligação da teoria com a prática proporcionou um aprendizado significativo e único.

Analisar a implementação desta política pública de educação trouxe uma reflexão a compartilhar: a importância da continuidade das políticas, a fim de que atinjam seus objetivos. Independentemente das motivações políticas para determinado programa, o mais importante é o resultado alcançado e a continuidade, sem os quais, recursos e esforços são desperdiçados. Tomando-se o Pacto como exemplo: o programa prevê muitas ações, as quais nem todas conseguiram ser realizadas neste primeiro ano de implementação. Como se pode observar através da pesquisa, existem diversos pontos do programa a serem aprimorados. Porém, essas questões não invalidam o resultado positivo constatado, que pode ser melhorado através da continuidade do programa.

Ao concluir a pesquisa, evidencia-se que, apesar da percebida evolução nas políticas públicas de educação no Brasil, ainda temos um caminho a percorrer na conquista dos nossos direitos. Primeiro, precisamos assumir um papel consciente de cidadãos, protagonistas da nossa história. E, como cidadãos, precisamos apropriar-nos das políticas públicas que são efetivas, que de fato promovem o tão almejado bem comum, transformando políticas de governo em políticas de Estado. Em outras palavras, devemos participar ativamente da sociedade em que vivemos. Participar ativamente não significa somente assumir uma postura crítica, mas envolve também sugerir melhorias, ajudar a fiscalizar, estar presente nas reuniões do Orçamento Participativo, entre outras ações. O Pacto como política pública foi amplamente divulgado no município, na imprensa local e em audiência pública na Câmara de Vereadores. No entanto, também cabe a nós, como cidadãos, verificar as políticas

que podem trazer benefícios à sociedade e lutar pela sua continuidade e aprimoramento.

Cabe salientar, por fim, que este trabalho não se encerra aqui. A continuidade da pesquisa na mesma escola e a sua aplicação em outras escolas da Rede Municipal de Ensino podem ser fundamentais para validar as constatações deste estudo e para identificar a influência que o ambiente e as pessoas exercem nos resultados desse programa.

Para tanto, se faz extremamente necessário que o Pacto pela Aprendizagem tenha continuidade, independentemente da permanência do governo que o implantou; da mesma forma, avalia-se importante a disseminação e expansão das ideias propostas nesse programa, pois o conhecimento dessas ações, para além dos limites do município, pode servir de exemplo de política pública social, que busca a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade e a tão almejada qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria L. de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Gestão democrática: recuperar sua radicalidade política?** In: CORREA, Bianca Cristina; GARCIA, Teise Oliveira (orgs.). **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola**. São Paulo: Xamã, 2008.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Col. 1.

BRASIL, MEC, SEB. **Plano de Qualidade para a Educação Básica: Diagnóstico e ações para elevar o nível de qualidade do ensino nas escolas brasileiras**. Brasília, março de 2005.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO. Disponível em: <<http://www.camaranh.rs.gov.br/Noticias.asp?IdNoticia=4739>>. Acesso em 21 fev. 2012.

COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, governo e mercado**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

DUARTE, Marisa R. T. **O conceito de controle social e a vinculação de recursos à educação**. UFMG – GT: Estado e Política Educacional n.05/2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FEITOSA, Claudia; CHEMES, Yara. **A História da Educação em Novo Hamburgo/RS: algumas contribuições**. 2011. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=151>>. Acesso em: 05 dez, 2011.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. **Histórias e políticas de educação infantil no município de Novo Hamburgo ao longo dos tempos: alinhavos em papelão?** Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/48BeatrizT.DaudtFischer.pdf>>. Acesso em: 05 dez 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 edição. 2 reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, n 55, novembro, 2001. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf> > Acesso em: 10 dez 2011.>.

IDEB. Portal do MEC. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=286. Acesso em 21 fev. 2012

IDEB. Disponível em: <<http://www.portalideb.com.br/>>. Acesso em: 21 fev. 2012.

JORNAL NH. **Pacto pela Aprendizagem reduzirá repetência escolar**. 07 de abril de 2011. Disponível em: <<http://mideducacao.blogspot.com/2011/04/lancado-o-pacto-pela-aprendizagem-que.html>>. Acesso em: 21 fev. 2012.

LIBANEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de.; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, Eneide Maria Moreira de.; [et al.] **Políticas públicas de educação-saúde: diálogos e práticas**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2009.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educ. Soc. Campinas, vol. 27, n.94, Jan/abr. 2006. pp. 47-69.. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v27n94/a03v27n94.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. 6 reimp. São Paulo: Atlas, 2008.

MELLO, Guiomar Namó de. **Políticas públicas de educação**. Estud. av. vol.5 no.13. São Paulo Sept./Dec. 1991. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000300002&script=sci_arttext>. Acesso em 08 dez 2011.

MENESES, João Gualberto de Carvalho; et al. **Educação básica: Políticas, legislação e gestão – Leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

NOVO HAMBURGO. Secretaria Municipal de Educação e Desporto. Disponível em: <<http://www.pmnh.novohamburgo.rs.gov.br/modules/catasg/governo.php?conteudo=300>>. Acesso em: 05 dez. 2011.

_____. Disponível em: <<http://an.novohamburgo.rs.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=58484>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2001. (Coleção questões da nossa época; v. 23).

PEREZ, José Roberto Rus. **Por que Pesquisar Implementação de Políticas Educacionais Atualmente?** Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, out.-dez. 2010.

PORTAL MEC. **Lei n. 10. 172, de 9 de janeiro de 2001**. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.172-2001?OpenDocument>. Acesso em: 20 fev. 2012.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O Estado e os problemas contemporâneos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [BRASÍLIA]: CAPES: UAB, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **O plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2012.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WEBER, Silke. **Políticas educacionais, práticas escolares e objetivos de aprendizagem:** repercussões na sala de aula. In: LISITA, Verbena Moreira S. de S.;

SOUSA, Luciana Freire E. C. P. (orgs.). **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão social.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

APÊNDICES - ROTEIROS DE ENTREVISTA APLICADOS AOS GRUPOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



Pacto pela Aprendizagem: análise da implementação de uma Política Pública de Educação do município de Novo Hamburgo (RS) na Escola Municipal de Ensino Fundamental Machado de Assis.

**APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A EQUIPE DIRETIVA DA
EMEF MACHADO DE ASSIS**

1. Quando foi implementado o Pacto pela Aprendizagem na Escola Municipal de Ensino Fundamental Machado de Assis e de que forma se deu sua implementação?

2. Quais as mudanças promovidas por ocasião da implementação da referida política, com relação:

3. Na sua opinião, quais os aspectos positivos e quais os aspectos que precisam ser aprimorados na implementação do Pacto pela Aprendizagem?

Pacto pela Aprendizagem: análise da implementação de uma Política Pública de Educação do município de Novo Hamburgo (RS) na Escola Municipal de Ensino Fundamental Machado de Assis.

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AS PROFESSORAS DA EMEF MACHADO DE ASSIS

Professora da(s) Turma(s): _____ Série: _____

1. Segundo sua percepção, quais as principais mudanças ocorridas na escola com a implementação do Pacto pela Aprendizagem?
2. Qual a influência exercida pelo programa nas relações em sala de aula (aluno atendido x demais alunos, aluno atendido x professores)?
3. Quantos alunos participam do Pacto pela Aprendizagem na sua turma? E quantos alcançaram os objetivos propostos no trabalho?
4. O trabalho desenvolvido durante o ano foi realizado de forma integrada entre os professores envolvidos?
5. Quais os ganhos percebidos nos alunos com a implementação do Pacto?
6. Qual a sua percepção sobre o método de avaliação e acompanhamento do aluno inserido no programa?
7. Na sua opinião, quais os aspectos positivos e quais os aspectos que precisam ser aprimorados na implementação do Pacto pela Aprendizagem?

Pacto pela Aprendizagem: análise da implementação de uma Política Pública de Educação do município de Novo Hamburgo (RS) na Escola Municipal de Ensino Fundamental Machado de Assis.

APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS PAIS DA EMEF
MACHADO DE ASSIS

Série do aluno: _____

1. Seu (sua) filho (a) tem dificuldades de aprendizagem?
2. O (a) Sr (a) já ouviu falar ou conhece o programa Pacto pela Aprendizagem? Caso positivo, sabe se o (a) seu (sua) filho (a) participa do mesmo?
3. Seu (sua) filho (a) participou de alguma atividade ou atendimento diferenciado no último ano letivo (2011), com relação ao ano anterior (2010)?
4. O (a) Sr. (a) notou alguma diferença na aprendizagem do seu (sua) filho (a) em 2011?
5. O (a) Sr. (a) percebeu alguma diferença na escola em 2011, com relação a 2010?

Pacto pela Aprendizagem: análise da implementação de uma Política Pública de Educação do município de Novo Hamburgo (RS) na Escola Municipal de Ensino Fundamental Machado de Assis.

**APÊNDICE D - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS ALUNOS DA EMEF
MACHADO DE ASSIS**

Série do aluno: _____

1. Você passou de ano em 2010? E em 2011?
2. No ano de 2011, você acha que melhorou na escola? Caso positivo, em que melhorou?
3. Você fez alguma atividade extra (além da sala de aula) em 2011? Caso positivo, qual ou quais?
4. Você percebeu alguma diferença na escola em 2011, com relação ao ano anterior?
5. E na sala de aula com seus colegas, você acha que mudou alguma coisa em 2011?